



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

MINAS E ENERGIA/DESENVOLVIMENTO ECONOMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO/FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE			
EVENTO: Audiência Pública Conjunta.	REUNIÃO Nº: 0151/14	DATA: 19/03/2014	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões.	INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 14h20min	PÁGINAS: 76

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO ZIMMERMANN — Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

SUMÁRIO

Debate sobre a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do País.

OBSERVAÇÕES

Há expressões ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções simultâneas. Ininteligíveis.
Há oradores não identificados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Bom dia a todos.

Declaro aberta a reunião ordinária de audiência pública conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Fiscalização Financeira e Controle para debater a crise no sistema elétrico brasileiro e suas consequências para o desenvolvimento do País, em atendimento aos Requerimentos nºs 299, de 2014, da Comissão de Minas e Energia, de minha autoria e do Deputado Davi Alcolumbre; 142, de 2014, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de autoria dos Deputados Mendonça Filho e Mandetta; 145, de 2014, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, de autoria do Deputado Mandetta; e 582, de 2014, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, de autoria do Deputado Mendonça Filho.

Temos aqui a participação do Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, a quem, já quebrando o protocolo, convidei antes para tomar assento à mesa; convido o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Augusto Coutinho, para tomar assento à mesa. Cumprimento todos os presentes, em especial o senhor expositor.

Informo que a lista de inscrição para os debates está aberta e que o Deputado que desejar interpelar o convidado deverá dirigir-se primeiramente à Mesa e registrar o seu nome. Informo ainda que o convidado não deverá ser aparteado no decorrer da sua exposição. Somente após encerrada a exposição, os Deputados poderão fazer seus questionamentos, tendo cada um o prazo de 3 minutos, e o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo.

Passo a palavra ao Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, para proceder à sua exposição.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Bom dia a todos. Eu gostaria de agradecer a Comissão de Minas e Energia e a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, na pessoa do Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Geraldo Thadeu, e na do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, Deputado Augusto Coutinho, pelo convite.



Para mim, é uma satisfação muito grande voltar a esta Comissão, da qual eu já tive diversas oportunidades de participar. Ao mesmo tempo, nós, no Ministério, talvez até pela influência do próprio Ministro Lobão, que é originário do Parlamento brasileiro, sempre consideramos excelente a oportunidade de poder participar aqui e esclarecer diversos pontos de uma área como é a de minas e energia. No caso, hoje o foco principal seria energia elétrica.

Nesta Comissão, sabemos que temos diversos Deputados com larga experiência no assunto, que vêm acompanhando o assunto com bastante interesse. Hoje, o que se tem é uma situação em que acendeu um sinal amarelo, já desde o início do ano, no setor elétrico, e tem sido muito debatido pela mídia. Por outro lado, o Ministério, dentro de suas atribuições e responsabilidades, tem acompanhado, participado e coordenado todas as ações necessárias dentro do marco legal que nós possuímos, no caso, no setor elétrico brasileiro.

Em qualquer lugar do mundo, passa a ser cada vez mais crescente a importância do setor elétrico para uma sociedade. Eu sempre comento que a dependência de energia elétrica de residência na década de 50 é bem diferente daquela de uma residência nos dias atuais. Energia elétrica é um dos principais insumos de uma sociedade moderna, tanto em termos de indústria e serviços, como de residências, e, por isso, o assunto sempre atrai tanto a atenção. Há importância de que cada país trate isso como um dos assuntos mais relevantes.

No Brasil, por sua própria história, o setor elétrico, no qual eu já milito desde a década de 70, é um dos setores mais organizados da sociedade brasileira no sentido da estrutura do País Brasil, com longas histórias ao longo do tempo. É um país que teve que começar um pouco diferente dos outros. Ele desenvolveu seu potencial natural, a hidroeletricidade, a qual não estava próxima da carga, e essa evolução ocorreu em grandes sistemas de transmissão. Na década de 70, o Brasil aproximou-se do modelo canadense, o modelo hidrotérmico, e esse com esse que se trabalhou e se desenvolveu. Com esse trabalho, já que somos um País com dimensões continentais, com potenciais hidroelétricos espalhados, bacias hidrográficas com comportamento diverso, o Brasil tornou-se um dos países que melhor desenvolveu a modelagem de otimização energética.



Por que estou falando isso? Acho que o princípio, um dos grandes pontos de discussão que existe hoje é a forma como está sendo tratada: *“Ah! Eu estou gerando térmica, por isso vou ficar deprimido”*. Não é bem assim. Quando eu trabalho com País com dimensões continentais, trabalho com... Hoje o Brasil é totalmente interligado. Eu tenho energia no Norte — Tucuruí está gerando a pleno, porque há um período hidrológico favorável lá —... E no Nordeste está havendo uma seca grande. A base do Nordeste são os reservatórios de Três Marias, que têm muita influência lá em Minas, na Região Sudeste, e o de Sobradinho. Ao mesmo tempo, hoje não há restrição de transmissão entre regiões. Então, quando uma região está melhor, manda para outra.

Aí vem a pergunta: *“Mas por que você está falando tudo isso?”* Estou falando tudo isso porque nós, a partir de janeiro, apesar de que já vínhamos em dezembro com todos os indicativos de um ano hidrológico normal, na média, instalou-se, em janeiro, o seguinte fenômeno — meteorologistas e representantes de Ministérios após reuniões periódicas, criaram, desde janeiro, um grupo de trabalho entre membros dos Ministérios de Minas e Energia e de Ciência e Tecnologia —: uma zona de alta pressão encostou-se no litoral do Sudeste do Brasil, com um poder — nessa época é normal virem as zonas de convergência do Atlântico, aqueles corredores de umidade que sempre vão em cima dos reservatórios da Região Sudeste. Os dois grandes reservatórios da Região Sudeste são Paranaíba e Grande. Este ano, essa frente segurou por um bom período —: o de segurar as frentes frias que vêm do Sul. Então, criou aquela situação em que tivemos as temperaturas mais altas do País. Isso se espalhou. Nós tivemos uma situação de déficit hídrico, a partir do momento que não choveu. Normalmente na Região Sudeste o período chuvoso começa em novembro e vai até o final de abril, sendo o pico atingido em fevereiro.

Nesse nosso modelo, quando trabalhamos, fazemos a otimização de troca de energia entre regiões, a que está melhor manda para pior e tal, precifica-se, ou seja, dá-se um preço para essa expectativa futura de água.

Aí entramos no sistema hidrotérmico, quando se aciona a térmica. A partir do momento em que o custo da água começa a ficar mais caro que determinada térmica, vai-se acionando térmica.



Quero agora fazer um parêntese, porque é importante entender o que é a térmica no Brasil. Como nosso sistema é hidrotérmico, eu tenho que lembrar, então, que a térmica que nós temos hoje não é térmica emergencial, não é térmica reserva. Ela é uma térmica que participou de um leilão e vendeu energia para determinada distribuidora. Essa é a regra. Só que, com anos de muita chuva, é mais barato o dono dessa térmica pegar essa energia barata das hidroelétricas e suprir a distribuidora. Em anos de pouca chuva, ele tem que gerar. Ele assinou um contrato com a distribuidora.

Outro parêntese: o Brasil tornou-se um dos países que mais atraiu investimentos estrangeiros e da iniciativa privada no setor elétrico, nos últimos 10 anos, 12 anos, 15 anos, por uma razão muito simples: respeita contratos. O contrato que a distribuidora assina com a térmica prevê... *“Olha, eu estou pagando o investimento daquela usina.”*

Como se compõe o custo de uma térmica: há o gasto de compra da usina e instalação e o gasto de combustível. Para o consumidor ter esse benefício, ele está pagando fixo à usina. Agora, quando gerar, quem investiu na usina está sendo remunerado. Se precisar gerar, quem paga o combustível, isso é contratual, é o consumidor. Então, essa é a regra que nós temos no Brasil.

Primeiro: usina térmica não é emergencial. Usina térmica atende a mercado. Simplesmente otimizamos: em anos hidrológicos bons, eu não vou queimar gás ou queimar carvão, porque não tem sentido se tenho água mais barata. A lógica do nosso modelo é exatamente essa. Em anos hidrológicos piores, tenho que queimar combustível, e contratualmente quem paga é o consumidor. Aí nós chegamos a um primeiro momento.

Nós não podemos transformar energia em tomate: *“Ah, deu seca, o tomate subiu”*... Ainda ontem apareceu uma reportagem bem interessante explicando isso de fazer energia elétrica flutuar como... Então, à medida que se tomou, no ano passado, o Tesouro antecipou, já que a distribuidora que teria que pagar. E não foi ela que gerou aquilo. Ela tem um contrato que compra energia, e a regra é que, se gerar térmica, o consumidor paga. Para diminuir essa volatilidade de preço, que é uma característica de um modelo hidrotérmico, o Tesouro antecipou. Não é subsídio,



é outra confusão enorme. E a distribuidora vai pagar, cobrando na sua tarifa, em até 5 anos, para conta (*ininteligível*).

Agora, na semana passada, tivemos oportunidade de criar uma condição mais dentro do mercado, já que a gente considera que... Como é previsto em contrato, não é uma situação excepcional, é uma situação normal. Quando eu gero térmica, eu tenho que... Então, vimos uma forma de evitar a volatilidade de preço. Como? Através de mecanismo puro de mercado. Nós viemos discutindo a forma de conviver com isso em anos hidrológicos e interações com o Ministério da Fazenda, que interagiu com bancos e tal. Fazer essa operação pela câmara de comercialização, que é uma entidade privada, sem fins lucrativos, apareceu como uma forma mais razoável, sem ferir e nem mudar regra nenhuma.

A câmara de comercialização de energia já faz para conta de energia reserva, e aí passaria a fazer também esses aportes. Então, aquela distribuidora, por exemplo, térmica por disponibilidade, tem o contrato, e sabe, desde o início, que, se tiver que gerar, paga o preço. Agora, em anos hidrológicos bons, ela sabe que está pagando o preço lá embaixo, porque aí o combustível é água. Ela, no caso, vai receber esse recurso, que vem captado por bancos privados e estatais que se interessaram — e essa operação deve se começar agora em abril, na primeira liquidação —, e, então, quem tinha muito contrato de térmica por disponibilidade, vai lá, pega, paga.

E quando vem isso? Quem tem que pagar é o consumidor? É. E quando ele vai pagar? A partir do ano que vem. Este ano tem os reajustes normais de tarifa aí: *“Ah, porque o cara botou mais um porte, mais uma rede, mais não sei o quê. Ele está expandindo a rede, porque vêm novos clientes”*. Tudo isso está considerado na tarifa dele, vai ter o reajuste normal. Agora, quanto a esse excepcional, que foi por culpa da seca, ele tinha um trunfo na mão e por isso foi jogado. Você pode fazer isso com 1 ano de prazo de carência, para o ano que vem. Por quê? O ano que vem nós temos um fator redutor. Vocês lembram que, quando foi mudada, através da Lei 12.783, havia concessões de usinas, que já tinham 60 anos, 50 anos, 40 anos, que voltaram para União, mas a União ainda deu, já que a lei permitia. Quem não quisesse renovar, esperasse vencer o prazo de concessão.



Nós temos, a partir do ano que vem, cerca de 5 mil megawatts vencendo a concessão, e o que significa isso? Cinco mil megawatts não tem mais necessidade do investidor remunerar o capital investido, porque ela já recuperou. Ele está com 30 anos, 40 anos, 50 anos na usina. É assim. Então, aqueles preços que estavam sendo cobrados, de cento e pouco, vamos licitar, já que eles podem disputar, mas aí já é mais para cobrir o custeio que vai ter essa usina. E pequenos investimentos têm que ter, que é diferente. Quando se faz uma usina grande, uma usina nova, há essa parte de investimento e isso aqui de *(ininteligível)*. Se eu não tenho esse investimento, é claro que cai. Então, eu vou sair do patamar de 130 reais, de 150 reais, porque ele está no mercado livre, ou até mais, para um patamar de 26 reais, 30 reais, que é a média que tem saído, que conseguem. *“Ah, mas isso aí é uma coisa que não vai remunerar, não vai fazer investimento.”* Se vocês pegarem qualquer investidor que disputa um leilão de energia nova, ele sempre vai considerar em torno de 95%, 98% a remuneração do capital investido. A O&M vão considerar 1%, 2%. E outros custeios, mais um pouco. Então, efetivamente, nós vamos ter esse fenômeno o ano que vem, com 5 mil megawatts, médios, que vencem. E volto para a União: a primeira usina é em janeiro. Depois, em julho, tem mais 3 mil e poucos megawatts, 4 mil megawatts.

Então, imaginem: *“Se ela estava entrando nesse preço, agora vai para esse”*. Então, o consumidor, que vai ter que pagar esses valores agora, porque era a regra do jogo... Se gera térmica, nesse caso, ele teria que pagar.

Um efeito é o custo, que subiu este ano e que teria que entrar na tarifa do ano que vem. Mas ele tem o redutor, porque a distribuidora vai receber as cotas, na lei que foi aprovada aqui no Congresso Nacional, reduzindo isso.

Então, praticamente a tendência é a neutralidade dos outros anos. Não se está empurrando, não se está segurando tarifa, não se está segurando nada. É uma operação de mercado que se está fazendo e que trará esse benefício no ano que vem.

Esse mesmo efeito nós já tivemos há 2 anos, quando foi aprovada aqui a Lei nº 12.783. Nós tivemos um efeito estrutural para o setor elétrico brasileiro, e, no fundo, não estavam fazendo nada diferente do que o Canadá ou outros países fazem, porque a União, como determina a Constituição, nunca dá um rio para



alguém. Ela concede a alguém o direito de explorá-lo, fazer sua usina e depois devolver a concessão.

Em todos os leilões de usina hidrelétrica nova que nós fizemos, e que atraíram investidores de tudo quanto é país, a regra do edital é esta: a pessoa tem direito a construir, operar e manter a usina, recuperar o investimento em 30 anos — 5 mais 30 —, e, depois disso, ela volta para a União. Por causa desse princípio basilar.

Já o decreto do, acho, Presidente Rodrigues Alves, em 1904, previa o regime de concessão. Porque sempre houve a cláusula em que o Brasil considerava o potencial hidráulico e hidrelétrico patrimônio da União. É como o subsolo, que, diferentemente de nos Estados Unidos, é da União.

Então, esse efeito está ocorrendo. E, como eu falei, outros países sempre adotaram isso e usam isso em benefício da própria sociedade. Como é que nós estamos trazendo esse benefício? Nós estamos trazendo através daquela redução estrutural de tarifa que nós tivemos.

Eu estava conversando com o Presidente e com o Deputado Ronaldo ainda há pouco sobre que a geração térmica que nós tivemos agora foi diferente porque nós tivemos a Lei nº 12.783? Não. O problema energético era igual. Nós tínhamos que gerar a térmica.

A única coisa é que eu estava aqui com o copo cheio e o reduzi estruturalmente... Isso aqui é a tarifa, que caiu aqueles 20%. Vamos dizer que o Congresso não tivesse aprovado a lei. Essa térmica entraria aqui. Então, o meu preço de tarifa entraria aqui, porque o gasto de térmica que eu tive naquela época é igual ao de agora. Ela caiu aqui, e eu, então, diminuí esse preço. O efeito daquilo é estrutural. Ele veio para ficar para sempre, seguindo as regras que o Brasil tem.

Outro ponto importante que eu acho interessante esclarecer: a geração térmica muitas vezes é colocada como um problema de crise. Os senhores sabiam que 68% da energia produzida no mundo é de geração térmica com combustível fóssil? E, se nós considerarmos a nuclear e as outras, esse índice chega a mais de 80%. E isso em países viáveis, países que atendem à maior parte da sua demanda com carvão, com algo entre 40% e 50%. O gás deve estar em alguma coisa em torno de 10%, e o restante, óleo, etc.



Como é a matriz térmica do Brasil hoje? Considerando a nuclear, temos hoje gerando 16 mil: 2 mil de nuclear, em torno de 10 mil a gás, 2 mil e pouco de carvão, e o restante de óleo combustível ou óleo diesel. Mas isso é 20% do que o Brasil está necessitando agora. Quando está gerando muita térmica, ele está com 20%, e a maior parte é gás, nuclear e carvão; muito pouco é óleo.

Outra crítica muito comum foi a de que as térmicas iriam quebrar e não teriam mais como gerar. Como eu tive oportunidade de comentar na Comissão do Senado, o setor elétrico trabalha com planos de manutenção. É como aquela história do cara que tem um carro e um plano lá de revisões para o carro. Não só máquinas térmicas param para manutenção. As máquinas hidrelétricas estão sempre parando. Nós nem notamos isso aqui, mas isso está sempre ocorrendo, é um processo normal. Toda empresa faz isso, porque a manutenção é preventiva, corretiva. E o meu sistema está dimensionado, porque eu tenho tanto de indisponibilidade programada, eu tenho tanto de indisponibilidade forçada, saída da máquina não programada, e o Operador Nacional do sistema é que gerencia isso.

Eu achei importante falar para os senhores sobre esses pontos, e até fazer essa caracterização do setor elétrico brasileiro, principalmente agora em que entro noutro ponto que eu sei que tem sido muito levantado.

O Ministério tem sempre afirmado — e está permanentemente fazendo uma reavaliação — que nós estamos em equilíbrio estrutural. O que significa equilíbrio estrutural?

Eu expandi esse sistema dentro do critério que o Brasil já usa há muitos anos: o de risco de déficit de 5%. Então, a primeira coisa que eu faço quando olho para um sistema é ver se ele está equilibrado estruturalmente. Aquilo que eu chamo de garantia de ter aquela energia, a análise estrutural, eu a faço através do que nós chamamos de balanço estático.

O Brasil, hoje, está em equilíbrio estrutural porque, dentro daquilo que foi previsto, dentro do critério de risco... Porque tudo isso se traduz em preço. Se eu tivesse um critério de risco de 100%, o preço seria outro, e aí eu teria que ter um sistema muito mais... Mas não há lógica econômica. Então, eu tenho um critério com lógica econômica.



Quando eu faço a análise, eu pergunto: esse sistema está equilibrado? Está. “Quais são os critérios que você usa?”.

Ontem mesmo nós tivemos oportunidade de apresentar para as associações — estou vendo alguns colegas de associações aqui — os dados com que o Ministério vem trabalhando.

Então, no balanço estático, para aquele país quem tem uma carga prevista de 66 ou 68 mil megawatts em média este ano, há uma sobra, pelo critério de balanço estático, de 6 mil megawatts médios, e projetos anos à frente, usinas que estão sendo feitas, etc. Aí sempre vem a pergunta: “Mas isso em cima de usinas que não entraram?” Não. Uma das coisas mais relevantes que há, até pela responsabilidade de um setor tão importante para a sociedade como o nosso, é realmente analisar, dentro da técnica, daquilo que o País analisou, e falar sem miopia. Não se pode ter miopia, porque o assunto é muito sério.

Então, o setor elétrico é estruturado, porque há a Empresa de Pesquisa Energética, a empresa que faz todos os estudos de planejamento e, periodicamente, avalia, junto com o Ministério, o equilíbrio estrutural. Junto deles há a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério — o Secretário, Dr. Altino, diga-se de passagem, coordenou o planejamento do sistema elétrico brasileiro desde que este nasceu, na década de 80, até quando mudou o modelo.

Enfim, nessa parte estrutural, nós afirmamos isso. Agora, vamos para a parte conjuntural.

A parte conjuntural, claro, é ancorada naquela expansão de usinas que eram necessárias e entraram. E o Ministério mantém um monitoramento muito firme daquilo que vai entrar. Os senhores já viram os jornais noticiarem atraso de usina eólica por falta de linha ou de usina hidrelétrica. A expansão é feita numa faixa, e um dos outros pontos é o comportamento do mercado, que tem influência do PIB. Então, há oscilações naturais.

Portanto, quando eu digo que o sistema está equilibrado estruturalmente, estou falando com base no último *deck*, que é a quantidade de usinas que eu boto nos meus modelos computacionais de otimização, que o ONS usa — e todos os agentes do setor elétrico acompanham a rodada mensal desse programa de



operação, porque ele vai definir, inclusive, o custo marginal da operação, que dá o famoso PLD, o custo do mercado de curto prazo.

Então, quando eu digo estrutural, nós estamos usando aquele *deck* mais recente do ONS, tendo a segurança de que o sistema está em equilíbrio.

Análise conjuntural. Nós tivemos a segunda pior seca em janeiro e também em fevereiro. O Ministério tem feito reuniões periódicas. O setor elétrico já teve, no passado, problemas sérios de racionamento, a pior hipótese que pode ocorrer num sistema. Ele está muito estruturado no sentido de contar com o Comitê de Monitoramento. O Ministério organizou-se, desde 2003, ou 2004, estruturando um departamento que monitora diretamente com os empresários a entrada de obra. Fazemos o acompanhamento justamente para não termos miopia quanto ao sistema com o qual podemos contar. Olhando isso dessa forma, eu posso dizer: está equilibrado.

Mas, como eu dizia, nós tivemos uma das piores secas em janeiro e fevereiro, e bem na Região Sudeste, onde o normal é chover de novembro até final de abril, metade de maio — o pico da vazão se dá em fevereiro, mas ainda há vazões altas até metade de maio. De modo que nós tivemos uma média histórica bastante baixa nesse período e uma coincidência, ocorrida pela primeira vez.

Se algum Deputado que tiver interesse... Eu tenho correlações aqui que mostram que, em janeiro e, principalmente, em fevereiro, ocorreu a pior seca no Nordeste em termos de afluência, coincidindo com a do Sudeste e a do Sul. Então, naquele ponto, só na Região Norte estava sobrando energia.

Em março nós já estamos tendo outro comportamento. Ainda não está havendo chuvas na Região Sudeste, o grande reservatório do Brasil, 60% ou 70%, mas a zona de alta pressão se deslocou e as frentes frias estão subindo. Tivemos nos primeiros 10 dias, 12 dias não chuvas altas, mas chuvas que elevaram... Se eu tinha trabalhado com uma média de longo termo, como dizemos, das vazões no Sudeste da ordem de 38% em fevereiro, agora, nos primeiros 10, 15 dias, até 3 dias atrás, o índice estava em 64%. No Sul, onde tínhamos trabalhado com uma média de trinta e poucos por cento, estava entre 130% e 140%. O Norte estava com cento e poucos por cento também. O Nordeste, mais crítico, com vinte e poucos por cento. Não teve reação.



No Nordeste, com uma medida que foi tomada no ano passado pelo Comitê de Monitoramento, tiveram que segurar a descarga do reservatório de Sobradinho, por causa do problema da navegação. A descarga de 1.300 metros cúbicos por segundo e foi limitada em 1.100, por causa das ondas. O ONS articula com a CHESF, a área hidroviária local e autoriza.

De qualquer forma, a Usina de Sobradinho está com um percentual de quase 54% de armazenamento e é o maior reservatório que se tem para atender ao Nordeste, o que é muito positivo.

A situação mais recente. Nós estamos tendo reuniões periódicas de avaliação. Tivemos reunião ontem mesmo e na semana passada. Na semana passada, tivemos reuniões com várias empresas e apresentamos exatamente isso que eu estou dizendo. A Empresa de Pesquisa Energética fez uma apresentação. O Operador Nacional do Sistema, que, para quem não conhece bem o nosso modelo, é uma entidade privada sem fins lucrativos que associa todos os agentes no Brasil que atuam no setor elétrico, e com pessoal com grande experiência responsável pela operação, também fez uma apresentação sobre como está o sistema na sua visão. A empresa de planejamento também fez uma apresentação, assim como o Ministério e ainda a Câmara de Comercialização, sobre as medidas que nós tomamos.

Nessas avaliações, a mais recente é a que consta da nota que nós soltamos no dia 12 de março, em que reafirmamos que tudo o que o Brasil tem de conhecimento técnico nessa área está equilibrado estruturalmente. E ela sempre diz uma coisa importante: a não ser que ocorra uma seca seja pior do que aquilo que eu planejei e implantei, o sistema será atendido adequadamente. Para dizer isso, é preciso ter analisado o nível de armazenamento, o nível de afluência e, num sistema como o nosso, saber que a melhor hora de fazer a avaliação é no final de abril e começo de maio, quando se vê como está o estoque e já se tem uma perspectiva. Por exemplo, na Região Sul, o normal é as chuvas começarem em maio e irem até novembro. Neste ano, começou antes.

A expectativa mais atual que eu posso lhes dar, pelas previsões do CPTEC — nós estamos neste momento tendo uma reunião com o CEMADEN, o INPE e o CPTEC —, é de chuvas próximas para as Bacias dos Rios Grande e Paranaíba,



sendo que, no Sudeste, há bacias com comportamentos diferentes. Algumas de São Paulo estão com 80% da média de chuva. A do Rio Grande está vinte e poucos por cento. A do Paranaíba, que nasce aqui em Brasília e vai até o Pontal, está em torno de quase 50% de chuva. Então, nós estamos trabalhando com a geração térmica no máximo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Itaipu talvez seja a usina mais privilegiada do mundo. A Bacia do Paranaíba nasce aqui, na região de Brasília; a do São Francisco também nasce aqui perto e igualmente a do Tocantins. Mas a do Paranaíba, que se junta lá embaixo com o Rio Grande e, depois, com o Paranapanema, o Tietê, o Ivaí e o Piquiri, no Paraná, e com o Amambaí, no Paraguai, forma uma rede de drenagem enorme cheia de caixas d'água, cheio de usinas, reservatórios que regularizam o rio. De modo que Itaipu está mantendo uma geração bem interessante. Agora, como aumenta a chuva no Sul, começa a sofrer a influência das afluições laterais daquela zona de transição. A Região Sul tem uma característica diferente do Sudeste, mas lá há rios de transição, como o Paranapanema e o Ivaí-Piquiri, que acabam dando no Lago de Itaipu.

Bem, para finalizar, sobre a análise conjuntural, eu vou ler um trecho bem claro do que nós colocamos na nota, com base na avaliação de todo o grupo técnico, que reúne as instituições do setor elétrico. As avaliações prospectivas estão sendo feitas semanalmente, mas esta aqui é do dia 12:

“As avaliações prospectivas de desempenho do sistema confirmam a garantia do suprimento no ano de 2014, uma vez que se dispõe atualmente de um parque de geração termelétrico significativo, que deve e vem sendo utilizado sempre que necessário, como complementação à geração hidrelétrica. Portanto, a não ser que ocorra uma série de vazões piores do que as já registradas, evento de baixa probabilidade, não são visualizadas dificuldades no suprimento de energia elétrica no país em 2014.”

Houve muita discussão entre ser de baixa ou baixíssima probabilidade. Como tivemos um fevereiro ruim, mudou-se a gradação de baixíssima para baixa.

Essa foi a última análise técnica feita pelo CMSE, da qual participa fortemente no apoio também o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica — CEPEL, instituição



que tem a memória do Brasil nessa área de desenvolvimento de modelos energéticos e da qual eu tive a honra de ser diretor há uns anos. Esse Centro tem trabalhado junto com o Operador Nacional do Sistema e com as Secretarias do Ministério, e todos, junto com o Ministro, fazemos essas avaliações e tratamos o assunto como tem que ser tratado.

Sr. Presidente, nessas linhas gerais, eu procurei puxar alguns assuntos.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Encerrada a exposição do Dr. Márcio Zimmermann, nós vamos passar a palavra aos autores dos requerimentos. O Deputado Davi Alcolumbre não está presente e o Deputado Mendonça Filho também não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Mandetta, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MANDETTA - Sr. Presidente, nobres pares, Sr. Secretário-Executivo, Dr. Zimmermann, o Deputado Davi Alcolumbre, também autor do requerimento, veio até aqui e me pediu que eu repassasse algumas questões dele. Como S.Exa. é do meu partido, vou procurar ser o mais sintético possível.

Secretário, eu ouvi atentamente sua fala, e parece que a possibilidade de racionamento de energia — pelo que entendi, de baixíssima a baixa — vai depender muito de São Pedro. A Cacique Cobra Coral deve estar rezando bastante para ele.

Nós já vivemos, no passado, uma situação muito similar. Naquele momento, o Governo falou com a sociedade de uma maneira muito transparente e passou a fazer com ela um processo de entendimento no sentido de que a energia estava escassa e todos teriam que dar a sua cota de contribuição.

Neste momento, vemos exatamente um movimento no sentido contrário: nós estamos assistindo ao Governo manter artificialmente baixo o preço da energia, apelando ao Tesouro Nacional para subsidiá-la. O Tesouro Nacional já arcou com 22 bilhões para manter o preço da energia artificialmente baixa. Até quando perdurará essa postura, Sr. Secretário?

Paralelamente a essa postura do Tesouro, nós assistimos também ao endividamento das companhias privadas com um valor de empréstimo de 8 bilhões e que se passa da seguinte forma: o Governo empresta para consumidores os recursos necessários, para que se pague essa majoração posteriormente, através



de juros. O senhor concorda com que as famílias estão sendo endividadadas com juros de mercado, com empréstimo recém-idealizado por pacote do Governo, para o reajuste ficar adiado para 2015? Ou seja, nós estamos atravessando 2014 com essa politicamente incorreta política de subsidiar, para que, em 2015, solte-se o freio do preço da energia elétrica.

Também, Sr. Secretário, sendo habitante de Mato Grosso do Sul, um Estado da União que, embora periférico, tem uma das energias elétricas mais caras do País, senão a mais cara — apesar de estar ao lado de Primavera, de Jupiá e de Ilha Solteira e ainda ao lado de Urubupungá, bacias com as quais colabora e também com uma que o senhor esqueceu, a do Rio Paraguai, que desce para formar Itaipu —, eu não posso deixar de lembrar que vimos o subsídio da energia elétrica entrar para o Paraguai, que tem uma das energias elétricas mais baratas da América do Sul e que, com isso, está atraindo as poucas empresas que nós tínhamos em meu Estado e que agora estão abrindo do lado de lá da fronteira.

Gostaria de fazer uma pergunta muito diferente do que perguntaria normalmente sobre chuvas e reservatórios. Se o senhor fosse consultor de energia fora do Ministério, o senhor recomendaria, com essa intervenção do Governo nas regras, com esse endividamento e com esse subsídio, investimento no setor elétrico do Brasil para companhias de fora do País?

Eu poderia ainda falar sobre o desperdício da biomassa sucroalcooleira, sobre a não política de energias renováveis, sobre a enorme energia solar desperdiçada e sobre a energia eólica, que não tem linhas de transmissão, embora tenha cata-ventos ornando a paisagem, mas deixo para o Sr. Secretário basicamente essas perguntas relativas ao subsídio, ao não falar franco com a população e ao iminente risco de apagão caso não chova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Nós vamos ouvir cinco Parlamentares, e então o Dr. Zimmermann responderá às perguntas.

Com a palavra ao Líder do Partido Solidariedade, Deputado Fernando Francischini, que solicitou a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, de uma maneira direta, para animarmos esta audiência, que já está morna, dando sono — ainda bem que não houve apresentação de Power Point, senão a gente ia dormir de



verdade —, eu queria ser direto, como sempre fui aqui, Ministro, e cumprimentá-lo pela sua presença. O senhor ter-se oferecido para vir colocar a cabeça no lugar do Ministro mostra que muitas vezes o senhor é o próprio Ministro. Isso é o que a gente escuta por aí. Mas queria dizer, também, Ministro, bem direito, que o TCU — e o senhor deve acompanhar — soltou um relatório sobre as obras inacabadas que estão influenciando toda essa questão de um possível racionamento, apagão cometido por raios, não é? Os raios estão fazendo apagão no Brasil inteiro.

Queria saber, primeiro, se o relatório do TCU é falho ou tem obra inacabada que está impactando a questão da energia? Este é o primeiro ponto.

O segundo, que eu sempre tive vontade de perguntar, Ministro, e aproveito que o senhor está aqui, é o seguinte: teve um consórcio, lá em Jirau, que fez um estudo de implantação da hidrelétrica. Depois, na hora de apresentar a proposta, esse consórcio não usou o estudo que fez, mudou em 10 quilômetros o eixo da barragem de Jirau, ganhou a implantação de Jirau e está lá construindo Jirau. E o custo já subiu de 9 bilhões para 18 bilhões de reais. Quem vai pagar essa conta? É o consumidor de energia — queria saber — ou é o Governo que vai assumir o prejuízo? Queria que o senhor explicasse também por que mudou o eixo da barragem. Ela faz um estudo e depois ela mesma ganha o procedimento com uma mudança de 10 quilômetros do eixo da barragem do estudo que ela fez.

O terceiro, Ministro, e concordo com o Deputado Mandetta, em gênero, número e grau, é o seguinte: o PT já está há 12 anos no poder, e vim dizer que a gente depende, depois de quase 12 anos, só de São Pedro é o fim da picada. Doze anos não é agora. Faz como um governo que acabou de entrar e diz: *“Olhe, acabamos de entrar, vamos arrumar a matriz energética”*. Os investimentos, a curto prazo, vão resolver o problema? Adianta, como eu li, 9 bilhões, em 2013, e, em 2014, pode ir a 12 bilhões, 27 bilhões? E a PSR, que é uma consultoria de ponta, diz que pode chegar a 43 bilhões em investimento. Investimento em quê? Nós vamos contratar São Pedro para mandar chuva? Isso tinha que ter sido feito a longo prazo. Por que não foi feito um investimento devido, se nós tínhamos todos os indicadores do Comitê de Gerenciamento de que ia dar problema novamente? Por que o PT mantém distância da palavra racionamento?



E quero falar, por último, da PETROBRAS. A PETROBRAS era líder na BOVESPA, em 2013, mas a empresa perdeu 40 bilhões de valor de mercado. O Governo Federal, no ano passado, gastou 60 em investimento social, dentro do Governo, juntamente com o Bolsa Família, e perdeu 40 só na má gestão da PETROBRAS. Então, o que está acontecendo na PETROBRAS, Ministro?

Hoje, saiu uma matéria grave em *O Estadão* — e eu acho que o senhor podia se posicionar se o senhor se sentir confortável — dizendo o seguinte: *“Dilma disse que parecer sobre compra de refinaria era falho. Documentos até agora, inéditos, revelam que a Presidente Dilma Rousseff votou, em 2006, favoravelmente à compra de 50% da polêmica refinaria de Pasadena no Texas. A petista era Ministra da Casa Civil e comandava o Conselho de Administração”*. Inclusive o Governador da Bahia assinou junto.

Ontem, ao justificar a decisão ao *O Estadão*, ela disse que só apoiou a medida porque recebeu informações incompletas de um parecer técnica e juridicamente falho. Foi a sua primeira manifestação pública sobre o tema. O funcionário já está respondendo ao procedimento e já foi demitido. Se era cargo de confiança, ele vai responder com o seu patrimônio pessoal por ter dado quase 1 bilhão de prejuízo para a PETROBRAS e para o povo brasileiro, Ministro.

São perguntas tranquilas que eu acho que o senhor vai poder responder facilmente.

Essa é a posição do Solidariedade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Em relação ao debate, eu acho que, devido ao meu estado gripal, eu também estou um pouco ameno, mas nós vamos esquentar, sim, o debate, porque ele é importante. Considero que todos os Parlamentares estão aqui com toda a liberdade para falar e fazer os seus questionamentos. E o Ministro aqui, o Dr. Márcio, vai responder a todos.

Então, passo a palavra ao Deputado Jorge Boeira.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - Eu gostaria de, inicialmente, parabenizar a fala do Zimmermann, porque ela é sempre muito explicativa e técnica e me parece também tranquilizadora com relação à garantia de suprimento de energia no Brasil.



Mas, ano passado, nesta mesma Comissão, esteve aqui presente Johannpeter Gerdau, que é dono de siderúrgicas no Brasil, portanto, empresa eletrointensiva. Ele contava que, 10, 15 anos atrás, montou também uma siderúrgica nos Estados Unidos, e reclamava dos Estados Unidos, porque lá pagavam em torno de 38 a 40 dólares o megawatt-hora, e no Brasil custava 20. Passados 15 anos, ele paga nos Estados Unidos 42 dólares o megawatt, e no Brasil é 80. E, neste momento, a gente se pergunta, quando o senhor mesmo fala que a principal fonte de energia do Brasil é a energia hidrelétrica, portanto, a mais barata. Nos Estados Unidos isso não chega a 10% e lá custa a metade do preço.

É claro que se fala aqui que nós temos evidentemente atrasos de obras, de geradoras que devem entrar em produção, de linhas de transmissão, mas não se pode, de fato, dizer, Márcio, que está tudo seguro quando nós estamos acionando as térmicas, mesmo naqueles momentos de chuva.

Eu ouço falar — e nenhum de nós aqui é especialista na área tanto quanto o senhor — que tem distribuidora que não tem ainda toda a energia contratada, comprando no mercado livre, pagando muitas vezes até quatro vezes mais do que no mercado regulado. E é claro que isso fica um déficit, fica uma conta para pagar para o consumidor final que vai impactar na inflação. Em função dessa inflação, a cada ano, pois a nossa inflação é maior do que a dos outros países, nós perdemos em competitividade.

Semana passada, vários empresários do País estiveram reunidos com o Ministro da Fazenda exatamente discutindo isso: competitividade, crescimento econômico. E é claro que toda a vida que a inflação no Brasil é maior do que a dos outros países a nossa competitividade, com relação aos outros países, diminui.

A presença do produto manufaturado industrial no mundo era 2,5%; hoje, é 1,7%. É claro que é forte essa nossa presença. Ainda bem que a indústria nacional ainda permanece preservada, e eu acho que este é o nosso grande patrimônio para darmos continuidade a esse crescimento econômico.

O IBGE demonstra claramente nas suas pesquisas que o comércio varejista, em relação aos consumidores, no Brasil, aumentou 35%. A indústria está estagnada. De onde vem esse produto? Vem da importação. E, claro, com a crise, no mundo



pós-crise, o mundo inteiro mirou os países emergentes, principalmente o Brasil, que está recebendo uma forte concorrência internacional.

É claro que o problema não é só na energia, Ministro, mas na lógica da infraestrutura. E eu acho que muitos de nós aqui, enquanto Parlamentares, sabemos que são necessários em torno de 600 bilhões de reais para resolver o problema de logística no Brasil. Enquanto nós falamos de logística, nós falamos de ferrovia, hidrovias, portos, aeroportos, e por aí fora.

O Orçamento do Ministério dos Transportes é, em média, em torno de 15 bilhões ao ano, mas executa 8, 9 bilhões, num tamanho de 600 bilhões de reais. Quando nós vamos resolver o problema da logística no Brasil? E a energia é extremamente importante.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria, de fato, de me alongar, mas reconheço que tem outros Parlamentares que querem fazer o uso da palavra. E a nossa angústia, principalmente com relação ao tema da energia, são os reflexos na inflação, no crescimento econômico, que gera emprego, trabalho e renda e melhora a vida das pessoas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Obrigado, Deputado Jorge Boeira, pela compreensão. Realmente, nós temos que controlar o tempo aqui, porque são vários debatedores aqui.

Agora, com a palavra o nosso 1º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, eu acho que é importante nós estarmos aqui debatendo o tema mais importante da economia brasileira hoje, que entendo que é a questão de garantirmos energia elétrica. Sabermos o que é verdade e o que é lenda urbana em tudo isso, pois uma notícia ruim de que vai faltar energia reflete na Bolsa de Valores, nas ações das nossas empresas, no Risco Brasil, na imagem do nosso País lá fora, não é?

Bom, eu queria dizer o seguinte: parecia que, no mês passado, o mundo ia acabar, no Brasil ia faltar energia, o apagão já estava todo programado, não tinha mais 1 minuto de energia elétrica no Brasil. Eu quero começar com uma pergunta, primeiro, um esclarecimento conceitual. Quando o senhor fala em aumento de



energia para o consumidor, o consumidor é quem paga. Então, dê uma esclarecida nisso: se o consumidor é o cidadão lá da casa dele, da pequena indústria, da pequena fábrica, o que é o consumidor, se é o distribuidor, enfim.

Uma pergunta, o meu questionamento. Eu tenho acompanhado... Todos sabem que sou de uma cidade de que é produtora de carvão, a minha região era a primeira produtora de carvão do Brasil; em 1882, já se produzia carvão em Lauro Müller para enviar para o Rio de Janeiro e depois para Volta Redonda, a fim de garantir que o Brasil pudesse ter aço no Brasil — o Getúlio Vargas. Nós não temos que ter termelétricas de reserva? É uma pergunta.

Outra questão: fala-se muito mal aí em relação a nossa situação de que vai faltar energia, porque, a partir de maio até setembro, virão as secas da região aqui em Brasília, época que não vai ser mais de chuva e não tem reserva suficiente nas hidrelétricas, sendo que 80% da nossa energia vem de hidrelétrica. Nesse período de seca, como é que nós vamos passar? Vai ter energia? E aí eu pergunto: esse sistema, além das hidrelétricas — pode-se levar em conta as energias renováveis, como eólicas, bagaço de cana, termelétricas, em geral, seja nuclear, a carvão, a gás ou a óleo, enfim —, é robusto suficiente para aguentar o sistema? Embaixo nas termelétricas, está havendo aí, como foi dito, uma situação, além do plano de emergência, de planejamento — se as chuvas forem aquém do que se planejou, ou seja, muito abaixo do plano estratégico crítico —, de não chuva? Além dessas interligações que nós temos do SIN — Sistema Interligado Nacional, interligações elétricas no Brasil, que diferencia a situação atual de 2011, nós temos uma situação diferente?

E, como última questão, porque o senhor colocou aqui, e eu quero saber se é verdadeiro ou não... Um dia, conversando com o Ministro, estava o Presidente Geraldo Thadeu e mais o nosso outro Vice-Presidente, em uma reunião, nós perguntamos sobre a situação de energia e ele disse: *“Não, mas, no Governo de 2003 até hoje, são 10 anos, quase 11 anos, criaram-se novas empresas, novas barragens, novas hidrelétricas, termelétricas, que aumentaram 50% do que já existia em cento e poucos anos de Brasil”*. Quero saber se isso é verdade, porque também ler um jornal é uma coisa: um dia é uma informação, no outro dia é outra.



Eu acho que o nosso objetivo aqui é esclarecer mesmo. A nossa visão, o nosso compromisso é de uma visão republicana. Nós não podemos também... Nós estamos aqui numa área sensível como esta, que é a responsável, e esta Comissão é a Comissão da economia mais importante de todas, sob a ótica da economia desta Casa, porque, no Brasil, a balança de pagamentos é minério, depois é o agronegócio. Então, são as duas mais importantes: Agricultura e Minas e Energia. E aqui tem mais, a mais importante de todas, que é a energia, porque sem energia ninguém mais vive.

Então, essa é a última colocação: de 2003 para cá, quanto se gerou de energia? O que existia já no Brasil até 2012?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Muito bem.

Agora, com a palavra o 1º Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia, Deputado Marcos Montes.

O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES - Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Márcio Zimmermann, é um prazer recebê-lo aqui. A vinda do senhor aqui é para nós esclarecermos algo emergencial. Nós não estamos discutindo aqui a questão logística do Brasil, porque vários problemas o Brasil tem. Nós estamos vivendo um momento agudo e que nós, como Parlamentares que somos, não podemos ficar informados apenas através da imprensa ou por outras informações.

Então, a minha pergunta também é muito objetiva, o que nós queremos é escutá-lo. Mais ou menos, em cima dessa pergunta, qual é a capacidade das nossas térmicas de suportar uma possível falta de chuvas? Se persistir essa falta de chuva e o nosso sistema hidrelétrico ficar numa situação pior ainda, qual é a capacidade que nossas térmicas têm de aguentar isso? E esse reflexo, se usar mais a energia térmica, que nós sabemos que é mais cara, não será muito impactante, associado ao empréstimo que o Governo está fazendo, que será cobrado do consumidor a partir de 2015, evidentemente com as suas correções do mercado financeiro? Essa é a primeira pergunta.

A segunda, Presidente, é uma dúvida que tenho, e isso impactou muito, principalmente para nós, de Minas Gerais: a não renovação automática dos contratos que existia, aquele negócio de “poderá” ser renovado — essa é uma palavra que se achou, que eu acho que trouxe um desequilíbrio muito grande —,



essa não renovação automática de algumas usinas, e lá em Minas nós tivemos três delas, não cria uma insegurança jurídica e irá afugentar os investidores, principalmente os investidores que terão que apresentar um preço mais baixo? Como o senhor disse, os investimentos já foram feitos, e o preço, evidentemente, será mais baixo. Será que não afugenta aí e criaria uma condição de desequilíbrio estrutural do nosso sistema?

A última pergunta, Sr. Márcio, e mais uma vez agradecendo a sua presença: nós aprovamos aqui na Comissão um requerimento de audiência pública — até vamos chamar o Ministério, claro, na presença de V.Exa., que tem 35 anos de Ministério e conhece aquilo como ninguém —, porque nós temos aqui a preocupação da discussão do PDC 10, e nós queríamos uma audiência pública para esclarecer o Plenário. Eu, particularmente, sou contrário à aprovação desse PDC e vou dizer isso no momento oportuno em plenário. Mas seria muito importante que esta Casa, o Congresso Nacional, o Plenário do Congresso Nacional tivesse uma informação segura do que seja isso, além de ser uma ação, evidentemente respeitando os autores desse PDC, e eles são companheiros nossos aqui da Comissão. Mas me assusta muito, se isso for aprovado, se nós não vamos causar uma situação um pouco desequilibrante no setor, principalmente dos distribuidores.

São essas as perguntas, e mais uma vez agradeço a presença do senhor.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, eu tenho de abrir agora uma audiência pública sobre a Zona Franca de Manaus na Comissão de Desenvolvimento Econômico, e pediria que o Deputado Aureo, o nosso Vice-Presidente, representasse a Comissão de Desenvolvimento aqui. Peço licença ao nosso convidado para me retirar para abrir a audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Agora nós completamos aqui cinco Parlamentares que fizeram questionamentos, e eu passo a palavra para o Dr. Márcio Zimmermann, para que ele possa já responder as perguntas.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Obrigado, Presidente.

Começo pelo Deputado Mandetta, que levantou dois pontos ali importantes. No primeiro, ele se refere ao racionamento de 2001. O que ocorreu lá? O Deputado lembra como é que eu expliquei aqui: uma das coisas mais importantes para um



sistema é você estar equilibrado estruturalmente, porque você fez usinas, fez linhas, então, você aguenta aquela condição de estresse em que foi planejado esse sistema.

Em 2001, nós tivemos um problema de desequilíbrio estrutural, porque faltava usina, faltava linha de transmissão, e tivemos uma seca bem menos severa do que esta. Isso é fácil mostrar, não é discurso. Por que havia um desequilíbrio estrutural naquela época? O modelo da Coopers que tinha sido implantado na década de 1990, uma consultoria inglesa que foi contratada, no Brasil, para implantar... A primeira coisa que se fez — na época, o sistema era totalmente estatal — foi proibir as estatais de investirem, e, ao mesmo tempo, criou um vácuo, porque às vezes num país em desenvolvimento você não pode relaxar. Por quê? Porque o país em desenvolvimento tem um consumo *per capita* de energia muito pequeno, que vai aumentando, vai crescendo, em razão de novas indústrias, etc. Quando eu falo em um país europeu, ele está deitado em berço esplêndido, porque a flutuação do crescimento da energia é mínima. Ele pode ficar tranquilamente numa sala com ar condicionado pensando: “Ah, eu vou trocar aquela usina daqui a um tempo”. Aqui no Brasil não dá para brincar com isso, aqui no Brasil você tem que ter...

Em 2001, nós tivemos um problema sério. Foi mudado o modelo, mas as condições para atrair o investidor privado, já que se seguraram as estatais, que eram os principais atores... A indústria de energia tinha crescido no mundo inteiro. E você só faz uma usina dentro do conceito de *project finance*, por exemplo. E, no *project finance*, uma das coisas mais importantes é que você tem que fechar todas as pontas, e uma das pontas é o contrato de venda de energia de uma usina. Para quem que ele ia vender? Se ele não consegue vender, se ele não consegue o PAA, porque é intensivo de investimento e capital o investimento em energia, e o banco ancora o seu financiamento naquele recebível da sua usina, desde que você tenha um contrato para quem vender... Essa equação não fechou naquela época, isso ficou bem claro.

Na época, eu era Diretor de Engenharia da ELETROBRÁS e várias vezes recebi empresas que queriam que a ELETROBRÁS desse o PPA — *Power Purchase Agreement*, que é um contrato de longo prazo de energia. Não tinha como, e as distribuidoras não davam. Isso criou um descompasso: um país que está



crescendo ou necessitando expandir, mas não fechou. Por que ocorreu isso então? Nós tivemos menos usinas do que deveríamos ter. Então, tivemos uma seca, que nem foi das mais severas, e o racionamento. Então, essa é a diferença bem clara para entender o que foi o 2001.

E repito: hoje nós podemos discutir com qualquer técnico no Brasil, com qualquer estrutura que haja nessa área no Brasil, se nós estamos equilibrados estruturalmente ou não. Nós estamos dentro deste critério: eu planejo uma ponte para passar um caminhão de tantas toneladas. Se passar um caminhão duas vezes pior, é claro que a ponte não aguenta, mas eu planejei para aguentar aquela condição. E o sistema, quando está equilibrado estruturalmente, aguenta aquela condição.

Subsídios. Eu comentei ainda há pouco que erradamente está sendo tratado por subsídio. Não se deu subsídio; pelo contrário, está se tirando subsídio. Por que eu falo isso? É bem simples. A conta de energia elétrica no Brasil estava entre as mais caras do mundo. Várias políticas sociais importantíssimas, que são responsabilidade da sociedade brasileira como um todo, estavam sendo pagas pelo consumidor de energia elétrica. A Lei nº 12.783, que foi aprovada pelos Srs. Deputados, tirou esses encargos da conta do consumidor de energia, porque ela tinha um fator perverso: você estava colocando na conta de energia elétrica, que não tinha nada a ver, políticas públicas importantes, mas que estavam inibindo e aumentando o preço da energia elétrica para a indústria e o comércio, para todos. Essa foi uma parcela importante tirada na época. Isso, sim, foi o consumidor de energia elétrica, o setor elétrico, que acabou tirando esse subsídio, e quem assumiu foi a União.

Quando o senhor fala daqueles 9 bilhões, é tudo compromisso que a Lei nº 12.783 definiu, e era uma bandeira. Eu cansei de vir aqui e ouvir vários comentários, vários questionamentos sobre o preço da conta de energia, que tinha chegado a valores absurdos por causa dos encargos. Quando você batia uma radiografia dos encargos, você via que o Baixa Renda, o Luz para Todos, distorções econômicas e regionais entre região Norte e Sul estavam tudo em cima do consumidor de energia. E foi esse o esforço que se fez para diminuir.



Outro aspecto é esse gasto. Eu não sei se o Deputado já estava aqui, mas eu expliquei exaustivamente que o nosso sistema é hidrotérmico; em anos que não gera térmica, a energia é barata. Mas, contratualmente, quem contratou aquela térmica não é térmica emergencial, não é térmica reserva, é térmica que foi contratada para suprir uma parte do mercado brasileiro. *“Ah, por que não é só hidrelétrica?”* Porque nós não tivemos licença para todas as hidrelétricas que nós precisávamos ter feito. Em determinados momentos, os requisitos da sociedade na parte socioambiental aumentaram, e nós tivemos que expandir com eólica ou com a fonte que tinha: térmica a gás, térmica a carvão, ou seja, outras fontes como em qualquer lugar do mundo. É isso que foi feito. Então, as térmicas vieram a participar desse mercado.

O Deputado falou um ponto importante: que nós soltamos até hoje uma cartilha esclarecendo aquelas medidas que nós tomamos na semana passada. Os 8 bilhões, na verdade, os 9 bilhões, então — é importante entender —, eram aqueles encargos que estão previstos em lei que eram de responsabilidade do Tesouro: o Luz para Todos, o Baixa Renda, indenizações que ainda existem para aquelas usinas que voltaram. E, se você somar ali, vai dar praticamente isso. Isso que nós estamos tendo agora: 4 bilhões que o Tesouro está antecipando, como, no ano passado, ele antecipou para receber em até 5 anos, e 8 bilhões, que é captação que vai haver em nível de mercado. Por quê? Eu tenho um contrato em que a distribuidora entrega energia e passa o custo da energia para o consumidor. Isso funciona aqui assim e em qualquer lugar do mundo, senão teria que aparecer um subsídio, que não é o caso.

Então, esses 8 bilhões... Aí o Deputado disse: *“Ah, mas isso vai causar uma explosão tarifária no ano que vem, fora do ano eleitoral.”* Não, eu falei aqui: nós temos 5 mil megawatts médios, vencendo a concessão, que vão virar cota para o consumidor. Sabe quanto isso significa por ano, pelos próximos 30 anos? É alguma coisa — a diferença daquele preço que a empresa vendia quando estava amortizando capital e agora — da ordem de 4 a 5 bilhões por ano, durante 30 anos. Então, é um fator...

(Não identificado) - Bilhões?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Bilhões! Bilhões!



Então, aquele sentido que o Deputado colocou: *“Ah, mas nesse ano hidrológico a tarifa vai subir, e vocês empurraram para o ano que vem.”* Não. Nós demos um prazo de carência para esse empréstimo, que começa a ser pago no ano que vem, como eu tenho um fator redutor, que é a volta dessas usinas que é prevista em lei. Não tem mudança de regra nenhuma, é assim mesmo, a lei já previa. Essas usinas voltam e causam.

Assim, como no ano passado, em 2012, nós tivemos empresas que concordaram, de acordo com o contrato de concessão, em antecipar para renovar por 30 anos. Já teve aquela queda. Dessas que não quiseram, nós respeitamos o contrato, mas a data do contrato termina em 2015. A partir de janeiro é a primeira usina; depois, em julho, as outras.

Então, esse é o fator que dá tranquilidade. Não é subsídio; não é endividamento que vai prejudicar as empresas. A forma como está sendo feito não causa prejuízo. Isso foi discutido com o setor.

Mato Grosso do Sul. O Deputado falou em energia mais cara. O Brasil tem um processo: a encarregada de regulação econômica é a agência. A agência faz a regulação, e cada concessionária... Até a concessionária, no caso de Mato Grosso do Sul, esteve sob intervenção federal. Ela era do Grupo Rede, que passou por uma crise, e agora outro grupo já a está assumindo — é o que a gente espera.

Deputado, eu estou no setor desde o final da década de 70 e lhe digo isso tranquilamente — o senhor perguntou se eu fosse consultor. Ao longo da minha carreira, eu fui engenheiro na época do início de Itaipu, quando havia 40 mil pessoas trabalhando. Depois, ocupei todos os cargos que havia na empresa — engenheiro júnior, pleno, sênior, chefe de divisão, chefe de departamento, assistente de diretor, diretor. Eu sou do Grupo ELETROBRAS, mas fui diretor da ELETROSUL. Depois que eu fui diretor da ELETROSUL, vim a ser diretor da ELETROBRAS, como falei. Fui diretor do Centro de Pesquisas. Então, eu tenho uma passagem, tenho uma história técnica dentro desse setor. E hoje tenho a honra de ocupar a Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia, do qual eu fui Ministro em 2010. Uma das coisas que pauta o Ministro Lobão é ter uma estrutura técnica de alto nível no Ministério.



Outro dia, eu estava no Senado com Hermes Chipp. Os Deputados que conhecem o setor sabem há quantos anos Hermes Chipp... Ele foi também um engenheiro de carreira da ELETROBRAS, foi diretor da ELETROBRAS. Hoje é o Diretor-Geral do ONS. Estava também o Barata, também com longos anos de setor elétrico — ELETROBRAS, Furnas, Itaipu — da Câmara de Comercialização de Energia, que é uma entidade privada; ONS, operador, com o Hermes Chipp, um dos profissionais mais experientes do Brasil; estava o Tolmasquim, professor com uma carreira acadêmica grande — ele tem doutorado nessa parte de matriz energética, e foi um dos mentores do modelo atual, aquele grande ajuste que ocorreu em função da falência de um modelo anterior. Então, ao somar essas experiências, eu me sinto muito tranquilo.

Eu nunca vi no Ministério... Às vezes, a gente vê matérias que saem na mídia, e numa delas eu li: *“O Governo estuda alterar o preço de formação do CMO”*. Ainda ontem eu comentei com as associações que eu nunca escutei falarem isso lá no Ministério. Eu perguntei ao Ministro se ele ouviu falar, mas ele também não. E falou a todos os agentes. Mas a matéria já tinha saído de que um assessor da Presidente Dilma, não sei o quê, que o Governo iria fazer uma intervenção no mercado. Não! Não teve nada disso e, na verdade, saiu.

Então, eu me sinto muito tranquilo, pelo nível das pessoas com quem nós trabalhamos. O respeito profissional que eu tenho pelo Presidente do ONS, da EPE, do CCE, do CEPEL, do qual eu tive a honra de ser diretor, e por aqueles profissionais que estão assessorando o Ministro num comitê criado por lei, o Comitê do Setor Elétrico.

É muito claro: estamos com sinal amarelo? Estamos, mas estamos olhando passo a passo, dentro da boa técnica e da experiência que o Brasil tem, que é ímpar no mundo. Então, eu acho que esse é um ponto que me dá tranquilidade de falar dessa forma com o Sr. Deputado.

O aspecto de falar franco, até para não haver dúvida... O Comitê de Monitoramento, numa nota assinada por todos esses técnicos, que têm equipes técnicas por trás... Nós fazemos a nota para não haver confusão de interpretação. O assunto é tão sensível e tão rigoroso que você tem que fazer a análise. Afinal, é um dos setores mais importantes da sociedade brasileira. Então, você realmente tem



que passar, e isso está sendo feito. A franqueza que o Governo tem usado, a franqueza que o Ministro tem usado com relação a esse assunto é realmente traduzida nessas notas e em todas as manifestações do Ministério.

Por último, o Deputado tocou na questão das energias eólicas. Num processo em que eu leiloo a usina, em que leiloo a linha de transmissão, às vezes eu posso ter um agente que não conseguiu vencer o prazo, mas, como falei, o sistema se expande em banda, e a economia e o efeito no PIB também oscilam. Então, não é uma ciência exata: *“Ah, a usina não entrou tal dia, eu já entrei...”* Não é isso! A análise estrutural que nós fazemos e mesmo a conjuntural está sempre em cima daquilo que existe, não daquilo que você acha que teria que existir.

Eu acho que, em linhas gerais, era isso, Deputado.

Deputado Francischini. Obras inacabadas e TCU. Deputado, a maior parte da expansão do setor elétrico, hoje, mais de 90%, faz-se através de SPEs — sociedades de propósito específico —, das quais empresas estatais têm participado até como minoritárias. Então, não há obra inacabada. A única que eu conheço, mas não é dessa época, é a Usina de Jacuí, no Rio Grande do Sul, que, quando foi privatizada a ELETROSUL ficou com a Tractebel, que podia decidir fazer ou não. Mas ela já pagou aquilo. Então, a decisão se vai avançar na usina ou não é do empreendedor privado. Ela negociou com outro...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Outra coisa: o que ocorreu em Jirau? Nós fizemos um leilão, como fizemos com todas no Brasil. Inscreveram-se dois ou três consórcios que estavam disputando a concessão. O Governo não contrata a obra. No setor elétrico é diferente. Nós dizemos: *“Você tem esse potencial hidráulico, a empresa é da União, eu vou fazer um leilão, o senhor vai lá e disputa, eu vou pegar quem oferecer ao mercado regulado a menor tarifa”*. Essa é a regra.

Quem entrou no leilão de Jirau? O Grupo Suez, que é um dos maiores produtores privados de energia do mundo, um dos maiores produtores independentes de energia do mundo, tem cento e poucos mil *megawatts*. É praticamente um Brasil.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Junto com a Odebrecht? Suez e a Odebrecht?



O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Não. Esse grupo é formado pela Suez, e, agora, a Mitsui japonesa é sócia. Então, 40% Suez, 20% Mitsui, 20% CHESF — a CHESF é a empresa mais antiga do Grupo Eletrobrás, tem a tradição de todo o São Francisco, que ela construiu — e a ELETROSUL. Portanto, cada uma com 20%, e a Suez é a controladora.

O empreendedor privado fez uma aposta, vendeu e está amarrado no contrato que vai entregar aquela energia. Ele tem um prazo, porque é como um contrato normal, com as penalidades e as regras. O setor elétrico está estruturado assim, não é uma obra pública. Eu comprei a energia, há regras, o setor é todo regrado nesse ponto, e o cara tem que entregar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Houve a mudança, Secretário, de 10 quilômetros do eixo?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - No caso de Jirau... Por exemplo, quando você vai fazer uma usina, você faz o estudo de inventário primeiro, o estudo do trecho do rio, da fronteira com a Bolívia até Porto Velho, e vê ali onde estão os melhores eixos para se pôr uma barragem. Quem fez o estudo na época foi FURNAS, a Odebrecht e não sei mais quem. Eles fizeram um estudo em que entraram até essas duas usinas. No primeiro leilão...

Diga-se de passagem, foi uma coisa importante, foi uma reversão que nós tivemos no Brasil. No Brasil, em determinada época, virou pecado fazer usina grande. Nós tivemos uma pressão internacional enorme para não fazer usina grande. E, graças ao homem ora dedicado do próprio Presidente Lula, à época, é que se conseguiu fazer o leilão dessa usina. Hoje, a Usina de Jirau e a Usina de Santo Antônio receberam um certificado da ONU de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Duas usinas na Amazônia, o que era pecado, graças a essa luta que o Brasil vem fazendo para defender a eletricidade, conseguiram o Certificado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

O deslocamento do eixo, que o Deputado perguntou. Na época, quando ocorreu o leilão, o que ofereceu a menor proposta viu uma saída: se ele saísse de uma determinada região, onde teria uma necessidade de retirada de solo e pedra muito grande, e levasse uns 10 quilômetros para frente, baixaria o custo. Assim ele fez uma proposta ancorado em uma otimização, o que é possível fazer, submeteu à



Agência e a Agência aprovou. Então, na verdade baixou o custo. Ele conseguiu, na época acho que foi 71 reais o megawatt/hora a custo de 2007, quando nós fizemos o leilão de... Jirau foi 2008, Jirau foi 2007.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O preço estabelecido, se não me engano, era 78 na época. Não era isso?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Setenta e oito foi Santo Antônio, que foi em 2007. Jirau foi 71 e alguma coisa, preço da época. Corrigido hoje deve dar noventa e poucos, cem, corrige pelo IPCA.

Com relação à PETROBRAS, eu não teria muito a declarar.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - O senhor fazia parte do Conselho? O senhor fez parte desse Conselho também na época?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN -- Não, eu não era do Conselho. Eu não estava lá. Então, eu não sei esse assunto, com é que... Então, não posso acrescentar nada.

Eu acho que era isso, Deputado.

Agora, o Deputado Jorge Boeira. O Deputado tocou em um ponto muito interessante: o que ocorre em um processo nos Estados Unidos? Os Estados Unidos são um país que tinha ancorado 47% da sua produção de energia elétrica no carvão. Ele tinha vinte e poucos por cento — o Zancan já se ajeitou todo lá porque eu falei em carvão. (*Risos.*) Mas, nos Estados Unidos era 47, quase metade era carvão; 20% era nuclear, vinte e poucos por cento era gás natural e tinha, sei lá, 10% de hidrelétrica. Mais ou menos isso.

O é que ocorreu? Nos Estados Unidos nós tivemos um processo cujos efeitos apareceram há 3 anos, o tal do *shale gas*. Os Estados Unidos têm o aspecto de que o subsolo não é da União. Então, assim como a exploração de petróleo lá foi muito de iniciativas individuais, no *shale gas*, o gás não convencional com o qual eles já vinham trabalhando há 15 anos dentro do modelo deles, pequenas empresas e tal, de repente começou a produzir o gás não convencional a um preço muito baixo.

Por outro lado, aquele era um país que já usava muito gás. O que o Brasil tem de uma rede de energia elétrica para todo país, linhas de transmissão, os Estados Unidos tinham de gasoduto. Então, foi... Os poços de gás na rede.



Aí, o que ocorreu? O Dr. Gerdau, que participa até do Conselho da PETROBRAS, comentava: lá estavam entregando gás na porta da siderúrgica a 2 dólares por milhão de BTU, a 3 dólares por milhão de BTU.

Então, foi uma verdadeira revolução. Os Estados Unidos eram importadores de gás, tinham a maior infraestrutura para navios de GNL trazer lá. E aí ocorreu um processo que é impressionante e que, provavelmente, nenhum futurólogo teria previsto: os Estados Unidos voltaram a atrair a indústria eletrointensiva do mundo. Isso era inimaginável. Se você olhar para década de 80, as indústrias eletrointensivas saíram de países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. Foi processo que ocorreu no Brasil na década de 70. E agora os Estados Unidos estão começando um processo reindustrialização, porque o insumo energia deles, com a história do gás não convencional, foi uma revolução. E o gás não convencional também tem uma participação forte do gás metano de reservas carboníferas, que também têm já uma participação — o Zancan sabe esse número melhor do que ninguém, mas existe já forte.

Então, Deputado, realmente ocorreu esse processo nos Estados Unidos e o Dr. Gerdau está certo: houve uma inversão que causou...

Qual um efeito colateral imediato que nós tivemos? A Alemanha tinha um percentual, acho que trinta e poucos, 40%, de geração a carvão, e tinha uma política pública muito forte de colocar renováveis, eólica, solar e tudo, e pagando por isso. Agora, como efeito do *shale gas*, o aumento de oferta de gás reduziu o consumo de carvão nos Estados Unidos e as carboníferas americanas começaram a exportar com preço bem menor para a Europa. A Alemanha, sob o aspecto de competitividade econômica, começou a voltar a queimar carvão lá, carvão mais barato, por uma lógica de mercado, de competitividade entre nações.

Sobre o aspecto de a distribuidora estar descontratada, o nosso modelo, Deputado, foi feito para a distribuidora estar contratada 100%. Esse é o normal. Nesse evento que ocorreu nós tivemos duas coisas que foram importantes. Tínhamos contratos, que foram assinados em 2004, que venciam em 2012 — de energia existente, não é nova —, e que venciam em 2013 e vencem em 2014. Esse é um volume de energia existente que foi descontratada. Ocorre que a descontratação ocorreu em uma época de seca. Por exemplo, foram 4 mil



megawatts em média que se descontratou agora no final do ano. As geradoras, muitas das quais têm que devolver concessão no ano que vem, tiveram a percepção de que *“opa, em um ano de seca eu vou ganhar dinheiro é no mercado de curto prazo, não vou entrar nesse leilão”*. Então, daquilo que nós tínhamos de contratar, nós contratamos cerca de 60% da energia que precisávamos contratar em dezembro do ano passado para as distribuidoras. O restante ficou liquidando no mercado de curto prazo.

Então, houve a conjugação de duas coisas: vencia o contrato e o respeito do contrato. Houve a opção, a percepção do gerador de que o ano não seria muito bom e que ele poderia ganhar liquidando no curto prazo. E muitas empresas até com a lógica: mesmo nós tendo oferecido produto de 1 ano, 1 ano e meio, eles preferiram ficar no curto prazo. Aí provoca essa situação anômala, que a partir do ano que vem nivela, porque aí os 5 mil megawatts voltam mesmo para a distribuidora, a cota. Aí você termina esse problema.

Então, é um problema com o qual vamos conviver este ano e vimos os instrumentos aí, respeitando os contratos, respeitando as regras bem claras do setor.

Acho que era isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA - E os reflexos disso, evidentemente, sobre a economia, que impacta grandemente sobre a inflação. Mas claro que esse tema não é o tema que está aqui em discussão no momento.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Mas eu vou repetir o que eu comentei com o Deputado Mandetta. Tem um aspecto que é importante: o fato de nós termos um fator redutor para o ano que vem neutraliza o efeito de eu ter que gerar térmica este ano. O empréstimo, ou esse recurso que está vindo para a distribuidora para não criar a crise do tomate de sobe e desce, vai em um sentido; com um ano de carência, coincide a hora que começa a pagar com a entrada dessa energia, que cai de 150, 200 ou mais, para 30 reais. Então, eu tenho um efeito que neutraliza isso.

Deputado Ronaldo Benedet, V.Exa. tocou em um ponto muito importante, que é o setor na mídia. Quem assistiu ontem o *Jornal da Globo* viu de uma forma... O setor elétrico sempre teve um problema de comunicação. Isso é histórico; ele



sempre teve essa dificuldade maior de se comunicar com a sociedade como um todo. Por mais esforço que se faça, isso é uma característica.

Mas, ontem, a Cláudia Bomtempo deu uma explicação muito interessante. De forma bem simples, ela colocou que a energia elétrica tem um insumo muito forte, que é a água. Há épocas de mais escassez, em que é natural haver uma característica de custo maior, porque se supriu com outra ou... E ela mostrou até a imagem de um tomate: quando há seca, ele tem que vir de outro lugar ou tem custo adicional.

A energia elétrica é um insumo muito importante. Há uma política em que a agência tem total independência para isso, mas não se faz uma política zigue-zague. Então, se há condições de a distribuidora, como foi o caso agora, ter esses recursos... No ano passado, o Tesouro adiantou para receber em até 5 anos; neste ano, o próprio setor privado vai suprir; e ela, no ano que vem, tem condições por causa desse direito que o consumidor já passava a ter no ano que vem, então nós vamos ter uma neutralidade.

O Deputado falou uma coisa muito importante: quem é o tal consumidor? Consumidor de energia elétrica, você tem dos mais variados tipos: é o consumidor industrial, é a indústria que consome para gerar emprego e para produzir bens e riquezas para o País; é o consumidor comercial; é o consumidor residencial.

Para o residencial, num País que tem distorções econômicas fortes, você tem que ter políticas públicas como a Tarifa Baixa Renda; tem que levar energia. como o Luz para Todos levou. São responsabilidades dessa sociedade, você não pode deixar em pleno século XXI... É aquele trabalho que se fez, nos últimos 10, 12 anos, em que 14, 15 milhões de brasileiros tiveram acesso à energia elétrica. Isso é um salto para o desenvolvimento, é uma necessidade que a sociedade brasileira tem que suprir. Então, esses são os consumidores. E aqueles subsídios que existiam para esses programas importantes para a Nação brasileira, que eram de responsabilidade do consumidor de energia elétrica, estão dentro daqueles 9 bilhões de que se falou, que estão hoje no Orçamento Geral da União.

Sobre o aspecto de termoeletrica reserva, Deputado, na verdade, nós contratamos termoeletricas, porque, vamos dizer, eu tenho uma expectativa do crescimento, daqui a 5 anos, de 3% do mercado da distribuidora. O que significa



isso? Bom, ela tem um consumo hoje de 5.000 megawatts, vai aumentar 3%, ela vai ter um aumento lá de 150 megawatts. Então, ela tem que contratar 150 megawatts. O que ela faz? Nós organizamos esses leilões de energia nova, há as regras para as fontes se cadastrarem, a distribuidora vai lá e compra. *“Ah, não, apareceu uma térmica lá”*. Ela vendeu, então, os 150 megawatts. Então, aquela distribuidora firma um contrato com essa térmica naquela percentual que ela precisa para atender o mercado daqui a 5 anos. O empresário chega, vai construir a térmica, daqui a 5 anos ele tem que entregar a energia para a empresa concessionária.

Então, a térmica participa no Brasil de forma estrutural. Ela não é reserva técnica, não é quebra galho, não. Ela é uma exceção, como nós tivemos numa térmica nuclear, pela característica nuclear, que foi Angra 3, que nós colocamos na característica de energia reserva. Mas não é aquele tradicional caso de térmica reserva, é como nós contratamos algumas eólicas como reserva. Ontem, a ANEEL divulgou que as eólicas que são contratadas como reservas geraram um caixa em função do preço do mercado de curto prazo estar alto — quem paga são os consumidores de energia —, um caixa positivo, que vai ser devolvido, de 2 bilhões e 900. Ela aprovou ontem. Nos jornais, hoje, comentam-se que a conta estava positiva e volta para o...

O Deputado fez outra pergunta muito importante: e a partir de maio com a seca? Deputado, como eu falei, nós vimos acompanhando passo a passo. Aquela nota do CMSE diz bem claro: *“a não ser que ocorra algo pior do que aquilo que foi a base para expandir esse setor, você não deve ter problema”*.

Mas nós estamos monitorando, pela característica do que ocorreu em janeiro e fevereiro. Em maio já foi um pouco melhor. Nós estamos monitorando.

Qual é a capacidade? Hoje, nós temos em torno de 20 mil térmicas. Elas estão gerando direto. Dezesseis mil estão gerando plenamente. A maior parte é a gás. As outras, nuclear, a carvão e, um pouco, a óleo.

Provavelmente, elas vão continuar gerando, se não ocorrer uma mudança. À medida que se aproxima de maio, a probabilidade de haver chuvas, que venham a encher, é menor. A tendência é continuarmos o ano gerando essas térmicas, que vão atender aos seus contratos — elas mesmas gerando e não usando a energia da hidroelétrica. Isso é dentro da regra. Assim como a eólica, que está gerando.



Então, nós temos esse potencial. Há mais hidroelétricas. E há um aspecto que eu acho importante. Neste ano, o Ministro, de forma conservadora, disse que a expansão é em torno de 6 mil. Há possibilidade de chegar a 9 mil megawatts a expansão de usinas que estão sendo construídas e que entrarão em operação. Por exemplo, foi falado aqui de Santo Antônio e de Jirau. Eles estão montando máquinas. Lá, cada uma tem 50 máquinas. E há várias usinas que entram em operação este ano, como a usina termoeletrica da PETROBRAS e em outros locais.

Qual é a estratégia? Um ponto que foi tratado, e não falei aqui, mas acho importante, é dessa descontratação de que o Deputado Jorge Boeira falou há pouco. Qual é a forma que nós vamos tentar para neutralizar isso? Não é bom ter distribuidora descontratada, porque distribuidora é para trabalhar em contratos de longo prazo.

Nós faremos um leilão no dia 25 de abril. Por que nós achamos que esse leilão tem chances? Nós temos várias térmicas, no Brasil, que estão operando. Elas estão operando mais como usinas *merchant*, só geram quando o PLD, preço de curto prazo, está alto. Com isso, consegue-se pagar o combustível, o investimento.

Em leilões de curto prazo, antes não conseguíamos entrar, porque não havia uma lógica econômica. Nós temos uma tendência de gerar muitas térmicas a gás neste ano, tipo a de Araucária, a de Cuiabá, como outras da PETROBRAS, térmicas de vários atores. Antes, elas não tinham contratos. Por outro lado, em um sistema como o nosso, nenhuma térmica pode apostar que nós vamos ter vários anos de período hidrológico ruim. É normal 1, 2 anos, depois, passam-se 5, 6, 7 anos. A história é assim, de ciclos hidrológicos bons.

Então, isso é uma parte. Nós temos uma necessidade de 3.200 megawatts médios. Temos a oportunidade de contratar uma parte disso. E a outra são empresas que estão liquidando, em curto prazo, a esse preço mais alto. Mas nós achamos que nós podemos atraí-las, porque elas sabem a característica dos anos bons hidrológicos em que o preço cai muito. Podemos oferecer um preço mais baixo do que esse que está sendo cobrado, em curto prazo, mas oferecendo um contrato de 5 a 8 anos.

Então, essa é a estratégia. As conversas que nós tivemos são animadoras de que temos condições. Se eu estendo o prazo do contrato, eu posso atrair essa turma



para tirar a distribuidora dessa exposição que ocorre hoje de ter que liquidar em curto prazo, porque o nosso modelo não previa a distribuidora estar descontratada nesse patamar.

Outro ponto que o Deputado tocou, e que foi muito bem lembrado na conversa que tivemos com o Presidente da Comissão, Deputado Geraldo, lá com o Ministro, foi a respeito da expansão. Quando nós consideramos que em 2002, por exemplo, o Brasil tinha 78 mil megawatts de capacidade instalada, ao longo disso fizemos expansão, e hoje, neste ano, o Brasil, se for essa visão mais pessimista, de 6 mil megawatts entrando este ano, mais conservadora que o Ministro tem adotado até, nós iríamos para 134 mil megawatts. Então passamos de 78 mil para 134 mil.

Para ter ideia, o Brasil começou a ter energia elétrica no final do século XIX. Então o que se fez até 2002, considerando os últimos 11 ou 12 anos — este ano já tem 128, seria de 80 para 48, mas entraram mais 9 agora —, é um patamar bastante alto porque se ajustou um modelo em que faz leilão em função do que precisa e o mercado sempre está sendo atendido.

Outra coisa que foi importante é que no passado nós tivemos determinadas restrições de transmissão, o que evitou, por exemplo, naquele racionamento de 2001, que viesse energia do Sul, que estava jogando água fora para o Sudeste porque não tinha transmissão. O Brasil expandiu a rede básica, mais ou menos, na ordem de 76 mil quilômetros para alguma coisa da ordem de 117 mil quilômetros de linha. Então, foram 40 e poucos mil quilômetros. No ano passado entraram 9 mil e 928 quilômetros, neste ano entram mais 6 mil e 800, são aquelas linhas acima de 230 kV.

Qual é a capacidade das térmicas de aguentar chuva? Nós temos uma capacidade instalada, as térmicas seguem um programa de manutenção, conforme eu falei. Nós estamos respeitando contratos. Elas são térmicas que têm contratos assinados, e a regra diz que em ano hidrológico bom quem entrega a energia que você vendeu para aquele distribuidor é a energia da hidrelétrica mais barata. Agora, em anos mais secos, você mesmo tem que entregar, e tem esse custo. E para não cobrar antes do consumidor, porque não sabe se vai gerar ou não, quando gera o consumidor é que paga. Isso tudo é previsto contratualmente, e é a regra que ocorre.



Cabe ao Estado tentar evitar, num ano com uma hidrologia dessas, o efeito perverso do tomate. O consumidor vai pagar, mas de uma forma aproveitando o ano que vem, que neutraliza.

Quanto ao impacto nas tarifas, como eu falei há o fator de neutralização por causa da energia que está vencendo as concessões.

O aspecto de vincular o que venceu a concessão, porque às vezes tem muita confusão, eram empresas que, de acordo com o art. 19, da Lei nº 9.074, eram concessionárias antigas, estatais a maioria, 99%, e que já estavam com aquelas usinas há 50 anos, 30 anos, 40 anos, 60 anos, algumas até de 70 anos. E agora, pela legislação brasileira, já falei naquela do Presidente Rodrigues Alves, em 1904, porque o Código de Águas reafirmou isso. O Brasil trabalha em regime de concessão, no fim da concessão volta o ativo para a União, porque a União não dá rio para ninguém, ela deixa alguém explorar por algum tempo. Então, não tem nada a ver, prova é que nós já fizemos vários leilões depois da 12.783, muito disputados, muitos deságios, não tem nada a ver, até porque o contrato de quem está disputando esses leilões é o mesmo que era antes, da 12.783. Então, eles não tiveram percepção de risco.

Percepção de risco é quando a empresa... Olhem bem os valores que eu falei, 5 bilhões por ano, ou 5 mil e poucos megawatts médios que vencem no ano que vem, isso dá uma receita adicional para ele, que já não tem mais capital para amortizar, de 4 ou 5. Então, é claro, para essa empresa o ideal é que continuasse por mais 10 anos. Isso é natural.

A percepção de risco, a percepção de que o mercado afastou o investidor. Não afastou o investidor em nada! Os nossos leilões de energia são superdisputados. A única coisa é que 3 ou 4 empresas perderam esse recurso, e perdem agora no começo do ano que vem. A concessão voltou, e eles deixam de arrecadar uma coisa a que não tinham mais direito, já tinham amortizado, já tinha tudo, e a lei manda voltar para a União, e no Brasil sempre foi assim, desde 1904.

Qual é a novidade? Por que nunca fizeram? Antes era um ambiente todo estatal. As empresas do setor elétrico brasileiro até a década de 90 eram todas estatais. Por que, para as que venceram em 1985, não se devolveu a concessão? Era um ambiente de estatal, depois que começou a mudar, entrou o setor privado.



Aí, sim, antes com preço regulado, tarifas, não sei o quê, e hoje a geração de energia é preço de mercado.

É muito difícil eu dizer: *“Ah, eu causei um desequilíbrio no setor.”* Por quê? Porque três empresas... Alguém tinha uma percepção errada de que aquilo era eterno e se esqueceu de ver que a legislação brasileira era essa mesma. Eu não posso ficar dono de um rio. Eu posso usar o seu potencial. É claro que era interesse da empresa ficar por mais 100 anos, porque isso é dinheiro.

Acho que era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Bem, vamos continuar com os Parlamentares.

Passo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra.

Antes, porém, vou pedir a compreensão de todos para que respeitemos os 3 minutos, para que todos possam falar.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES - Sr. Presidente, pela ordem.

Qual é a lista de inscrição, por favor, dos próximos cinco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Deputado Lelo Coimbra, Deputado Zarattini, depois Deputado Eliene Lima, e depois V.Exa.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Secretário Márcio, é um prazer tê-lo aqui, a sua competência é reconhecida por todos nós e pelos setores, e a sua história institucional e profissional é correspondente a esse conhecimento que temos.

Eu queria fazer três perguntas. É lógico que este debate se instala num ano eleitoral, é um debate difícil. Aliás, essa moldura de “paizão” na sua forma de tratar o assunto é bom para administrar o debate, mas é muito difícil tratar desse assunto porque três variáveis estão envolvidas nesse debate: a tarifa, a inflação e o racionamento. Como lidar com essa consequência terminal do ponto de vista dos segmentos?

Tudo que vem na imprensa, ou 90%, diz exatamente o oposto do que o senhor nos disse. Esta é a primeira pergunta: estão todos errados?



O Governo só admitiu duas coisas até agora. Pela primeira vez eu ouço o senhor falar do sinal amarelo. É a primeira vez que eu ouço essa expressão ser usada. Já ouvi “baixo”, “baixíssimo”, mas “sinal amarelo” é a primeira vez.

E hoje, no *Bom Dia Brasil*, a repórter falou de uma posição de Governo. Segundo ela, existe uma notícia de superdemanda após os jogos da Copa que está preocupando o Governo e o levará a tomar medidas — mas ela não definiu muito bem quais seriam elas. E eu não entendi essa especificidade do pós-jogos da Copa, mas entendi que são duas falas, a do sinal amarelo e esta, que demonstram que há alguma coisa que não está sendo dita. Então, a primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta é: em conversa com empresas geradoras e empresas distribuidoras, há a informação no campo das geradoras de que o Governo, ao comprar energia no leilão que fez, ofereceu um valor baixo. Com isso, muitas empresas não participaram e ficaram com um crédito de energia que agora, no mercado livre, impõe um custo alto. Esse custo faz parte de um dos ônus que o Governo está pagando. Então, pergunto se há essa informação, o que significa isso e qual a consequência disso.

A terceira pergunta, Secretário: nós saímos de setembro com o anúncio de redução de tarifa. Mesmo com os motivos da redução colocados pelo senhor em relação ao que estava embutido ali, pagando outras coisas, e gerando uma tarifa mais alta, nós saímos daquela posição festejando, para, 7 meses depois, estarmos fazendo endividamento, a exemplo dos 8 bi que estão sendo trazidos aí via CEEE, que inclusive não tem a ver com a energia, tem a ver com a economia, que está sendo qualificada como no campo da contabilidade criativa. Mas nós saímos daquela posição para, 7 meses depois, estarmos envolvidos com o debate de crise importante. Houve erro de diagnóstico? Essa é a terceira pergunta.

É lógico que a gente discute isso. Como médico que sou, a gente está fazendo a autópsia. O diagnóstico é bem feito, mas o paciente já se foi, não serve para ele esse diagnóstico. Então, com base nisso, eu queria que essas três perguntas fossem respondidas pelo senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Chamarei os Deputados inscritos depois do Lelo Coimbra. Deputado Carlos Zarattini. Está presente? (Pausa.) Não.



O próximo é o Deputado Eliene Lima. Tem S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ELIENE LIMA - Secretário Márcio, também quero parabenizá-lo pelos esclarecimentos que o senhor traz até a Comissão.

Eu iniciaria dizendo que alguns dias atrás eu assisti à Presidente Dilma dizendo que o pessimismo faz parte da paisagem, e o senhor também traz mais ou menos esse pensamento aqui. E, como o Deputado Lelo já colocou, realmente há uma contradição grande com a mídia, pela situação que nós estamos vivendo.

Eu quero ser bem sintético na questão, por exemplo, da burocracia. Porque nós estamos pensando na questão da expansão, que é uma preocupação — não sendo redundante nos outros pontos que já foram aqui debatidos. Eu soube da grande expansão das CGHs, as micro e pequenas centrais hidrelétricas, no seu Estado, Santa Catarina.

Eu tenho um projeto de lei aprovado na Câmara e indo para o Senado, passando de 1 mega para 3 megawatts. Eu tenho informações de que, com todos os processos já inventariados no Brasil, nós teríamos uma Belo Monte se isso fosse agilizado. Por que não buscar uma agilização nesses processos?

Eu também diria que, se há um ponto de potencial num rio de 200 quilômetros, ao invés de se analisar a proximidade desse ponto, vai-se pesquisar todo o rio, gastando-se até 6 anos para a aprovação da utilização da usina. São coisas que precisam ser mudadas. Assim como no setor sucroalcooleiro, que hoje é extremamente sacrificado. No meu Estado, Mato Grosso, nós estamos vendo usinas quebrarem ano a ano. E já teria a utilização do bagaço. A sugestão seria a realização de um leilão específico para ajudar a salvar esse setor.

Em um debate, nós também chegamos à conclusão de que se elevássemos as Centrais Geradoras Hidrelétricas — CGHs não só para três mas para cinco, teríamos, através da descentralização das pequeninhas, duas Belo Monte no Brasil, com muito pouco impacto ambiental. Qual é a sua opinião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Wandenkolk Gonçalves. (*Pausa.*) Não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Ferro.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Já é quase boa tarde indo para a noite.

É interessante o debate sobre a matéria energética, porque ela tomou uma dimensão no País que tem um componente eleitoral muito grande. Inclusive eu esperava até que os nossos debatedores continuassem aqui para a gente poder trocar algumas opiniões. Primeiro, porque eu ouvi o Deputado Mandetta — que não está mais aqui e que, como médico, entende tanto de energia quanto eu, como engenheiro, entendo da medicina dele — dizer que o racionamento de 2001 foi programado e que o Governo lidou com transparência. O racionamento foi um desastre, um erro brutal!

Eu ouvi do brilhante economista, porém analfabeto em energia, o Sr. Pedro Parente. Ele disse que a energia é como o tomate, que é um insumo qualquer. Não é! A energia não é um insumo qualquer. Todo mundo sabe disso. E ali houve, de fato, uma imprevidência junto com um programa de privatização. O Dr. Márcio Zimmermann falou na Coopers & Lybrand. Ela trouxe uma modelagem para privatizar o setor elétrico. E previu, sim, que as estatais não investiriam.

Então, o desinvestimento no setor levou — junto com o agravamento da situação hidrológica, porque evidentemente não choveu — à tragédia de a gente ter de cortar 20% da energia em 1 ano. Aquilo sim é que foi apagão. Eles insistem em chamar os *blackouts* que têm acontecido de apagão. Apagão foi o que aconteceu durante o ano em que a população brasileira ficou privada de energia. E ela teve que pagar caro pela tarifa, foi punida para não consumir muito. Era uma medida que tinha que ser tomada para o controle do consumo.

Essa é, realmente, uma situação que revela a intenção de colocar a questão eleitoral no cenário. E uma parte da mídia está nesse jogo. O desgaste de dizer: *“Olha, nós estamos na eminência de um risco. Vai faltar energia”*. Aquela falta de energia trouxe consequências eleitorais graves para a candidatura que Fernando Henrique apoiou. Um dos componentes da insatisfação estava naquilo. A energia lida com o humor das pessoas. A gente está aqui. Se, de repente, a luz apagar, todo mundo ficará irado. Então, é importante prestar atenção nesse componente.



Eu só queria observar três questões. A primeira foi muito bem observada. Dr. Márcio Zimmermann, o senhor poderia matar uma curiosidade minha? O senhor é filiado ao PT?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Como?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - O senhor é filiado ao Partido dos Trabalhadores?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Pois é, aqui a gente vê algumas colocações: *“Depois que o PT assumiu o Governo...”* O setor de energia tem técnicos de várias extrações políticas e ideológicas. E querer partidarizar isso é, primeiro, uma redução da qualidade do debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Três minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - E é um desrespeito aos técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ronaldo Benedet) - Concluindo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Então, eu acho que a gente não deveria fazer esse tipo de insinuação, até porque ele tem sido gerido e está respondendo. De fato, houve um aumento de 50% na geração e na transmissão nos últimos 10 anos. Quase 50% na transmissão. Houve uma expansão do setor. Não tem para que, além de levar 15 milhões para o Luz para Todos, consumir energia. Nós estamos diante de um quadro — eu diria — positivo para o setor.

Eu encerro com uma observação, com uma preocupação. Primeiro, acho que nós temos que pensar o nosso método de planejamento. Aqui foi citado o caso de definir o que é Pequena Central Hidrelétrica — PCH e outros procedimentos na área de planejamento e do ONS. Acho que houve — talvez não seja o local para dizer isso — uma precipitação em relação à gestão dos nossos reservatórios nos últimos tempos.

Então é preciso ter uma sintonia mais fina no gerenciamento das térmicas com reservatórios. Eu acho que, para isso, deve-se fazer um estudo de confiabilidade, pois a gente não teve um estudo adequado para essa expansão e esse crescimento do setor. Acho que a gente tem que pensar um pouco nisso.

Em segundo lugar, a matriz energética brasileira foi diversificada com a entrada das térmicas, mas precisa ser ampliada com outras opções. Eu acho que



tanto a geração eólica — que têm outra margem — como a solar e a biomassa podem entrar de uma maneira mais intensa. Nós temos que tratar a matriz energética com muito cuidado para não ficar... A dependência da água ou do petróleo tem suas consequências. Então, uma matriz mais diversificada é muito mais segura.

Por último, uma má notícia para a oposição: em fevereiro, o consumo de energia foi de 7,8%. Isso significa uma expansão e um crescimento da economia. Quem estava achando que existia uma crise pode perceber que, pelo menos em fevereiro, houve um aumento do consumo de energia, ou seja, a atividade econômica está demandando mais energia. Então, essa é uma má notícia para a oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Muito obrigado.

Antes de voltarmos a condução dos trabalhos ao Presidente, concedo a palavra ao Deputado Wandenkolk Gonçalves. Ele havia saído, justificadamente.

E passo a direção dos trabalhos ao Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES - Presidente, obrigado. Eu fui atender a uma rede de televisão da Amazônia, por isso eu estava ausente no momento em que fui convidado a proferir a minha fala.

Eu, inicialmente, gostaria de retratar uma angústia minha. Que País é este em que nós ainda temos que lutar para conquistar o óbvio? A gente vem falando há muito tempo dessa questão da energia. Isso vem atravessando governos e governos. Por exemplo, uma pergunta que não quer calar: quando as térmicas entram em funcionamento, com preço mais caro, com custo mais caro, automaticamente se aumenta, para nós consumidores, o preço da energia; e, quando estão na plenitude as hidrelétricas e as térmicas são colocadas de lado ou paralisadas, não se diminui o preço da energia? Então, nós vamos, literalmente, pagar para ver o custo que vai ser embutido na conta do consumidor a partir do próximo ano, em função de toda essa questão que está sendo colocada.

Como todo mundo sabe, eu sou de um país que se chama Pará, hoje, o terceiro maior produtor de energia bruta do Brasil. Logo, logo, nós vamos ser o primeiro produtor de energia bruta do Brasil, inclusive passando o Paraná. Mas, infelizmente, o imposto é cobrado no destino. Nós vamos continuar contribuindo



para o desenvolvimento deste País, e eu quero saber quando é que este País vai pagar a conta histórica que nos deve e contribuir com políticas públicas para o desenvolvimento da Amazônia, de maneira geral, que tem mais de 25 milhões de habitantes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES - Estamos juntos. Juntos e misturados!

Eu li o currículo de V.Exa. e ele é invejável. V.Exa. é técnico de carreira. Eu estou Deputado, mas sou é funcionário público de carreira, também, há quase 40 anos. E V.Exa. respondeu ao Deputado Fernando Francischini que não poderia falar sobre as questões ligadas à PETROBRAS porque essa não era a sua praia. Só queria confirmar... No seu currículo, consta que V.Exa., atualmente, é membro do Conselho de Administração da PETROBRAS Distribuidora e Presidente do Conselho de Administração da ELETROBRAS. Só queria confirmar se é verdade ou se fui induzido ao erro pela minha assessoria.

Eu tinha colocado aqui várias perguntas, inclusive uma ligada à PETROBRAS. Vou resumir em apenas uma. Como funcionário público que sou, com muito orgulho, que presta serviço ao meu Estado e, agora, a este País, tenho acompanhado algumas entrevistas de V.Exa. às redes de televisão, inclusive nos canais fechados, que deixam a gente, em um momento, tranquilo e, em outro momento, angustiado sobre essa questão futura.

Mas aqui nós tratamos — e desculpem-me os que me antecederam — muito de casos — caso tal, caso tal —, e o nosso problema é tratar aqui de causas. Eu acredito que a maior causa dessa questão do setor elétrico é a ELETROBRAS, e eu queria que V.Exa. confirmasse, pelo fato de ser funcionário de carreira do Sistema, se a ELETROBRAS está tecnicamente falida. Porque ela tem hoje um valor de mercado de apenas 9 bilhões de reais, e, antes da Medida Provisória nº 579, ela possuía 65 bilhões de reais em patrimônio líquido.

A ELETROBRAS já demitiu 4.400 funcionários, caiu 615 posições no *ranking* do *Forbes 2000* e estuda até trocar de sede — pasmem os senhores — para economizar na conta do aluguel. Isso mostra o quanto pode ser danosa a



intervenção do Governo em setores sensíveis, como é o setor elétrico e o setor de petróleo.

E aí eu trago mais uma angústia, mas V.Exa. não teria que necessariamente responde-la. Essa estratégia de sucatear órgãos públicos é só para se justificar a criação de novos Ministérios. Nós já temos 39, e a sugestão que vem de alguns — vamos dizer assim — intelectuais do Governo é de se dividir o Ministério de Minas e Energia em Ministério de Minas e Ministério de Energia. Aí, se justifica o sucateamento da ELETROBRAS. Ora, o último Ministério que nós criamos aqui — e esta Casa ajudou a criar — foi o Ministério da Pesca, que foi dado ao Ministro Crivella, um pastor evangélico. Como a dita base aliada — não tão aliada assim — ou de apoio está meio conturbada no Rio de Janeiro, eu sugiro a V.Exa. que leve ao Ministro que, se for criar mais esse Ministério, o 40º, seja ele dado ao Rio de Janeiro, e lá coloquemos o Dom Orani Tempesta, Arcebispo do Rio de Janeiro. Assim ficaríamos com um evangélico e com um católico.

Era isso que eu tinha a dizer a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Nós estamos com apenas três Parlamentares, Sr. Ministro. Nós podemos continuar ouvindo os três e depois encerramos? *(Pausa.)* O Deputado Ronaldo Caiado ainda não chegou.

Então, passo a palavra ao Deputado e Ministro Eliseu Padilha.

O SR. DEPUTADO ELISEU PADILHA - Inicialmente cumprimento a Presidência da Mesa, também o Deputado Ronaldo Benedet, Vice-Presidente, cumprimento o Ministro Zimmermann, que na sua exposição trouxe, a meu juízo, muita tranquilidade com relação ao que está acontecendo. Não significa dizer que todos os problemas estão resolvidos, mas que há tranquilidade quanto à gestão, quanto ao que se está fazendo por parte da Secretaria Executiva do Ministério e pelo próprio Ministério. Evidentemente que eu, que fui Ministro de infraestrutura também, sei de todas as deficiências que nós temos e sei que temos um longo caminho a percorrer. Então, eu quero saudar os colegas Deputados ainda presentes aqui e todos aqueles que nos honram com a presença.

Eu vou tentar ser bastante sintético, até para ajudar em decorrência do horário e abreviar aqui a permanência de V.Exa. Eu quero retomar uma pergunta que foi feita pelo Deputado Fernando Ferro. Ele, *en passant*, fez uma referência a



nossa matriz energética e àquilo que nós temos planejado, ao planejamento, ao olhar para diante, pois o passado não vamos corrigir; nós vamos arrumar é o futuro. E estamos arrumando e vamos arrumar. Não sei se com a velocidade que seria necessária.

Quando se fala em planejamento, nós temos uma projeção de crescimento da nossa demanda, nós temos uma projeção de crescimento populacional, uma projeção de crescimento econômico, e aí vem a pergunta para o senhor.

Considerando a conformação atual da nossa matriz, qual a perspectiva que nós temos nos próximos 20 anos? E, neste tema, não dá para se falar em prazo menor. Como nós vamos estar de energia diante do necessário crescimento, para que nós não venhamos a ficar de fora do mercado globalizado? De outra parte, quais as nossas possibilidades diante da nossa matriz? São fatores que devem andar conjugados e, certamente, a mudança de modelo, que traz a participação do setor privado, porque sem ele, hoje, seguramente, nós não teremos os recursos necessários para esses investimentos.

Aí, vem a terceira pergunta para o senhor. O senhor mostrou aqui que é alguém que nasceu profissionalmente dentro do setor, percorreu todos os escalões, desde Engenheiro estagiário até Ministro de Estado do setor, com belíssima carreira e de alta qualificação profissional. Eu pergunto ao senhor: e se nós considerarmos o continente, só o continente, a América do Sul, qual o atrativo que nós temos para os investidores do setor, se nós considerarmos o que está sendo praticado na Colômbia, o que está sendo praticado no Peru, que têm apresentado bons níveis de captação nessa área?

São as três perguntas que eu gostaria de deixar. Queria cumprimentá-lo mais uma vez pela sua tranquilidade. Quem sabe o que está falando e sabe o que está fazendo possui a sua tranquilidade.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Passamos a palavra ao Deputado Weliton Prado.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Quero cumprimentar a todos e a todas. Queria parabenizá-lo porque, no início da audiência, o Deputado colocou que V.Exa. veio aqui colocar a sua cabeça num... Não concordo com essa expressão



que foi colocada. Ao contrário, acho que todo o setor reconhece que V.Exa. é uma das cabeças mais brilhantes e que possui o maior entendimento em relação ao setor. Queria parabenizá-lo pelo trabalho desempenhado em favor do povo brasileiro.

Eu tive a honra e a satisfação de ter sido membro da comissão que analisou a MP 579, uma medida muito correta por parte da Presidente Dilma Rousseff. Eu até fiz uma comparação: se você compra um carro financiado em 36 meses e você termina de pagar as prestações, terminou; seu carro está quitado. Querer que você continue pagando não é certo. O valor da tarifa de energia é muito cara, acho que o Governo Federal fez a sua parte em relação aos tributos federais.

Continuamos com um grave problema, que eu acho que é o maior responsável pelo valor da tarifa de energia ser muito cara, principalmente o da hidrelétrica, que deveria ter um preço menor. Refiro-me à questão do ICMS, que é o imposto cobrado pelos Estados. Só no nosso Estado, no meu e no do Presidente da Comissão — queria parabenizá-lo também, Deputado Geraldo Thadeu —, o ICMS da tarifa de energia elétrica chega a 43%. O ICMS mais caro do Brasil é o de Minas Gerais. Nos outros Estados o ICMS também é realmente muito alto, uma questão que realmente penaliza.

Então, a minha fala vai no seguinte sentido: primeiro, realmente, é preciso que a gente estude maneiras de oferecer mais incentivos, principalmente para as energias renováveis, como a energia solar, a energia eólica, a energia de biomassa. Apresento, inclusive, uma proposta, uma reivindicação antiga: hoje, as usinas de biomassa possuem um desconto de até 50% até 30 megawatts-hora. Esse desconto de 50% não poderia ser ampliado — é uma reivindicação já antiga — para as usinas até 60 megawatts-hora? Então, fica aí uma solicitação.

A outra questão é um apoio maior às PCHs — Pequenas Centrais Hidrelétrica e a questão do modelo adotado, inclusive na construção de algumas hidrelétricas em que não são previstos reservatórios. Eu acho que, inclusive, foi um erro, porque eu acho que os reservatórios realmente são fundamentais, e a gente pode rever isso.

E outra questão é oferecer um incentivo para quem economiza energia. Não me refiro à proposta que ventila por aí, à qual, inclusive, nós somos totalmente



contra e que propõe a cobrança de um valor diferenciado, a mais, para quem consumir energia nos horários de pico. Tem que ser ao contrário: a energia já é muito cara e quem economizar nos horários de pico, aí sim, deve ter um desconto. Quem economiza mais já dispõe de um desconto em relação ao valor da tarifa que está aqui. É preciso impedir que seja aprovada uma mudança na legislação que venha penalizar ainda mais os consumidores.

E o segundo ponto, sobre o qual eu vou ser mais enfático, é o que se refere aos vários consumidores: industriais, comerciais e residenciais. Que os consumidores residenciais não paguem essa conta. Os consumidores já são muito penalizados, porque já pagam a tarifa muito cara na sua casa. Já estiveram aqui presentes vários representantes dos setores industriais e comerciais que falaram que não têm problema, porque o preço da energia é repassado para os consumidores. Então, o consumidor é duplamente penalizado, pois paga uma tarifa muito cara na sua casa e, quando compra uma latinha de extrato, ou um saco de arroz no supermercado ou até um carro numa concessionária, paga o preço da energia embutido no preço do bem. Então, o consumidor é sempre penalizado.

Não deixar que haja a sensação desse aumento na conta do consumidor, principalmente do consumidor residencial. Logicamente tem que ter o aporte. Da maneira como isso for feito, a sensação dos consumidores, com certeza, vai ser menor. Nós não estamos contra. O que a gente vê aqui, às vezes, é um sentimento muito parecido com o da MP 579. Muitos eram contra a MP 579 porque não queriam a conta mais barata para os consumidores. Agora, da mesma forma, existem muitos pronunciamentos, inclusive no plenário, em que as pessoas estão querendo que tenha aumento de 28% ou 30% para os consumidores. Isso é inadmissível! Não podemos aceitar de maneira nenhuma, porque a conta de luz já é muito cara, e a energia elétrica é um bem público essencial à vida e não pode ser tratado como mercadoria de maneira nenhuma.

Queria parabenizar mais uma vez a sua capacidade, o seu conhecimento e o seu discernimento. Outra pergunta que faço é em relação à questão dos apagões. Existe um sentimento colocado aqui de se querer um sistema mais robusto. Acho que nem um sistema mais robusto suporta falhas humanas. Em muitos casos aqui, eu tenho inclusive suspeitas de que não foram simplesmente falhas humanas;



foi boicote ou pura sabotagem. É muita coincidência! Alguns fatos ocorridos me fazem crer, inclusive, nesse sentimento de que atendem a certos setores do boicote ou da sabotagem.

Enfim, queria realmente parabenizá-lo e solicitar que V.Exa. olhe com carinho realmente os incentivos para as energias renováveis e, de forma urgente, busque aumentar o desconto, que hoje é de 50% para as usinas de biomassa de até 30 megawatts-hora, para as usinas de até 60 megawatts-hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - O Deputado Mendonça Filho, Líder do DEM, já está chegando para fazer uma intervenção. Ele é um dos autores de requerimento.

Apesar de eu estar com dificuldade de falar hoje, agora sou eu quem falo. Eu prestei aqui bastante atenção, acompanhei todos os questionamentos. Em conversa com o Ministro Lobão — nós estivemos lá antes, com os Deputados Ronaldo Benedet e Marcos Montes — e também em conversa com o Márcio Zimmermann hoje, coloquei que também sou de uma região altamente produtora de energia elétrica, sou de Minas, região de Furnas, que sofre uma barbaridade neste ano com a estiagem. Para se ter uma ideia, Ministro Padilha, em janeiro, fevereiro e março, nunca na história — de que eu me lembre e pelo que gente que vive nessa região conta — houve uma estiagem tão forte como esta que nós estamos tendo lá.

Mas me sinto também mais aliviado de ver aqui a explanação do Dr. Márcio Zimmermann e de ver que realmente o Brasil vem se preparando. Claro que nós temos aqui, como os Deputados Wellington e Ferro colocaram, o que também é o meu pensamento, nas fontes alternativas de energia o futuro enérgico. E nós já colocamos ao Dr. Márcio que, no final de maio, nós queremos produzir um seminário importante sobre fontes alternativas, a energia do futuro, com as experiências mais exitosas do mundo em termos de investimento, benefício, custo. Todos nós queremos ter esse debate.

Como disse o Deputado Ronaldo Benedet, Dr. Márcio Zimmermann, nesta Comissão, pelo menos neste ano, nós teremos a grande preocupação de fazer um debate republicano. Nós queremos contribuir com o País, e esta Comissão, altamente competente, pelos membros que a ela pertencem, tem todas as condições



de colaborar. O Legislativo, a Câmara dos Deputados, pode colaborar com o País através de um debate franco, objetivo e com sentido republicano.

Eu estava aqui com uma pergunta sobre as usinas que foram construídas sob concessão. A concessão termina agora, com 30 anos, mas ele já respondeu. A perspectiva é de quantos? Mil megawatts?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - São em torno de 8, 9 mil megawatts, o que dá 5 mil megawatts de média.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Passando de 140 para 30. É o custo dessa energia.

O SR. MINISTRO MÁRCIO ZIMMERMANN- É. Dá vinte e pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Isso aí dá uma perspectiva importante para o futuro. Acho até que se deve cobrar um pouco mais para poder investir e para, no futuro, fazer investimentos nas fontes alternativas. Não é isso?

A produção, Ministro, é sobre fontes de energia alternativa. Eu gostaria que o senhor nos dissesse o estado em que se encontra na atualidade.

Nós vamos promover outro debate, numa audiência pública, sobre como abrir para a iniciativa privada, principalmente, reforçando agora o que V.Exa. disse sobre os Estados Unidos, que passaram do carvão para o gás. Nós queremos discutir aqui, abrir para a iniciativa privada a construção de gasodutos no Brasil, o que é uma prerrogativa da PETROBRAS hoje. Vejo que no projeto da PETROBRAS nós temos, parece-me, 11 quilômetros de construção de um gasoduto. E acho muito tímido esse investimento para a grandeza do Brasil e para a perspectiva de futuro.

Eu gostaria também de fazer um pedido no sentido de que o senhor explanasse sobre o que pensa do ciclo de 10 anos para a frente, na questão de energia no Brasil, um País em desenvolvimento. Eu entendi muito bem, porque fui Prefeito, tenho a experiência do Executivo.

Uma vez, Ministro, fiz uma visita à Alemanha e à Itália, visitamos várias prefeituras. Maravilha! Ser Prefeito lá é uma maravilha! Tudo estabilizado — conservação, manutenção. Ser Prefeito no Brasil, ser Executivo no Brasil, é um desafio muito grande. O crescimento, o desenvolvimento do País, a perspectiva de desenvolvimento do nosso País é muito grande. Então, isso nos preocupa. Como



houve um avanço significativo nesses últimos anos de produção da rede interligada, peço que o senhor fale um pouquinho sobre o futuro de pelo menos 5, 10 anos para frente.

Para encerrar, vou passar a palavra ao Deputado Mendonça Filho, Líder do DEM, para que ele possa falar. Depois, o Ministro encerra respondendo todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero saudar o Presidente da Comissão de Minas e Energias, Deputado Geraldo Thadeu, saudar o Ministro Zimmermann, a quem agradeço a presença nesta Comissão de Minas e Energias, que realiza esta audiência pública juntamente com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Casa.

Quero justificar, Ministro, que, infelizmente, até na condição de autor, não pude estar aqui no início da audiência pública, tendo em vista o fato de a Casa hoje estar bem recheada de acontecimentos. Até há pouco tempo havia uma reunião na Presidência da Casa com o Presidente Henrique Eduardo Alves, o Ministro José Eduardo Cardozo e a Ministra Ideli sobre o Marco Civil da Internet. Além disso, nós tivemos uma outra audiência pública com a presença do Ministro da Saúde, então só agora pude chegar aqui.

Naturalmente quero expressar, em meu nome e em nome da bancada do Democratas, a nossa visão com relação à questão energética brasileira. E o faço com grande preocupação, pelo que estou vendo e acompanhando. Qualquer cidadão que tenha um mínimo de consciência sobre os fatos econômicos relevantes que têm ocorrência no País há de concordar que a situação é crítica — para lá de crítica — no setor energético brasileiro.

Eu estendo a minha preocupação não só para a produção de energia que atende a consumidores privados e empresariais brasileiros, mas para o setor energético como um todo no Brasil, que vive uma crise brutal. A meu ver, essa crise é decorrente da falta de planejamento, da falta de investimento por parte do Governo, da falta de compromisso de longo prazo por parte do Governo Federal, o que já enseja e vai ensejar, a meu ver, uma repercussão muito negativa junto à realidade das empresas e das pessoas do nosso País, infelizmente.



O quadro é caracterizado como um quadro em que a Presidenta Dilma exerce o comando da área de energia no Brasil como uma ex-Ministra da área, com o compromisso de exercer o populismo como linha de ação principal. Temos assistido, infelizmente, a partir da Medida Provisória nº 579, editada em 2012, à tentativa da Presidenta da República de executar uma política populista no setor energético, e as consequências nós estamos vivendo hoje a partir daquelas medidas tomadas lá atrás.

O quadro é muito claro: a ELETROBRAS, empresa principal do setor energético brasileiro, está aí com desvalorização de mais de 60% de seu valor de mercado. Ela valia mais de 26 bilhões de reais e hoje vale menos de 10 bilhões de reais, mostrando claramente que há uma repercussão direta no valor do ativo da maior empresa geradora de energia do Brasil, uma das maiores do mundo. É um descompromisso do Governo para com uma empresa que é um patrimônio de todo o povo brasileiro.

Eu tenho vivido isso inclusive na minha região, com relação à CHESF, que sempre foi uma empresa referência no Nordeste e que perdeu espaço, perdeu importância, perdeu corpo técnico e que está cada vez mais sucateada e aniquilada do ponto de vista financeiro.

Infelizmente isso se propaga também para o setor privado, porque o Governo deveria gerar confiança para que investidores privados atuassem complementarmente, no sentido de suprir a necessidade energética no Brasil. A atuação do Governo é no sentido inverso: de expulsar empresas, de gerar incertezas no mercado de energia e de colher, conseqüentemente, o que se vê por aí.

O mercado livre tem um preço de energia que é um absurdo, da ordem de 822 reais o megawatt-hora, e está batendo recordes. O teto do mercado é estabelecido pelo próprio Governo, e as empresas estão desestimuladas, sobrevivendo de subsídio, de injeção direta do Tesouro Nacional. Quer dizer, o Governo — além de todos os desequilíbrios econômicos a que assistimos na política equivocada do Ministro Mantega na área econômica — produz uma destruição completa do setor energético brasileiro.



E o que se vai ter a partir de 2015 é um quadro de grande dificuldade para o próximo Presidente da República. Se for reeleita, a Presidenta Dilma terá que cumprir uma tarefa muito árdua para recuperar a credibilidade, a confiança e o planejamento do setor energético brasileiro. Se for outro Presidente, também terá que levar adiante essa mesma agenda, porque, infelizmente, a atuação da área energética do Governo brasileiro, Ministro — e eu tenho que dizer isso de forma muito objetiva, clara e transparente a V.Exa. —, pode ser caracterizada como sendo um desastre. E quem está demonstrando isso não é só um discurso de um membro da Oposição, que exerce o seu dever constitucional de fiscalizar e de atuar como voz da população também; quem diz isso são os números, quem diz isso são os resultados apurados nas empresas estatais ou privadas.

Na matriz energética brasileira hoje, só 73% vêm da energia hidráulica, só 73%. *(Pausa.)* É. Não tem por que rir, Ministro...

(Não identificado) - Qual é a média mundial?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Em relação à média mundial, o Brasil é privilegiado na área de geração hidrelétrica. Esse crescimento de 27% para geração térmica se dá por conta da incapacidade do Governo de tirar projetos do papel. Por isso, tem de recorrer a térmicas emergenciais, com preço de energia exorbitante, cujo preço final quem paga é o consumidor. Essa é a realidade. Quer dizer, está virando uma festa para aqueles que atuam no setor de geração de energia termoelétrica, porque o Governo tem que pagar, a preço de ouro, a energia gerada através de termoelétricas a gás, quer dizer, uma energia muito mais limpa. Sempre tivemos uma energia limpa, consequentemente, com um custo de produção, de geração, muito baixo, mas hoje isso está se desequilibrando completamente.

Eu tenho tempo como autor da proposição e como Líder. Então, eu peço paciência e compreensão ao Presidente da Comissão, porque é importante eu expressar essa preocupação.

A projeção para este ano de subsídio e empréstimo é da ordem de 22 bilhões de reais. Pode-se ter um rombo nas contas governamentais, pois se inaugurou um empréstimo, acredito eu, que só será possível se for celebrado através de bancos oficiais, porque os bancos privados dificilmente emprestarão ao Governo. Ou seja, é



mais um caminho que mostra o desequilíbrio do Governo no controle da geração de energia no nosso País.

Então, Ministro, eu realmente quero dizer, como brasileiro, como cidadão que quer o melhor para este País, que infelizmente V.Exa. comanda hoje a área que pode ser dita como a de maior fracasso no Governo da Presidenta Dilma. É lamentável que ela, que tem uma história muito vinculada a uma suposta competência na área de infraestrutura e energética, tenha fracassado de forma tão retumbante.

Eu poderia e deveria aglutinar esses argumentos da área da geração energética e da hidroeletricidade, da energia que supre empresas e atende ao consumidor brasileiro, para dizer que desse mal também padece a PETROBRAS, considerada há até bem pouco tempo a grande empresa da América Latina, a maior empresa do Brasil — e hoje está perdendo para a AMBEV, está em segundo lugar. Ela era bem maior do que a empresa da Colômbia, em termos de valor de mercado, e hoje, por conta dessa política de preços artificiais, está atrás da empresa colombiana de petróleo, que tem reservas bem inferiores às da PETROBRAS.

Já vivemos isso, esse artificialismo para controlar a inflação. A inflação oficial está batendo o teto de 6,5%, mas na prática a inflação no Brasil é da ordem de 9%, 10%. É uma inflação que atinge o bolso do consumidor. E a gente vê as empresas brasileiras sendo manipuladas, administradas de forma errada, no caminho do sucateamento e da falta de compromisso com as gerações futuras. Infelizmente, a gente tem um retrato muito triste.

Eu gostaria de dizer, neste instante, que é realmente o maior fracasso do Governo Dilma a área energética. Está aí o claro exemplo da PETROBRAS, da ELETROBRAS, para mostrar que a gente realmente vai para uma direção que mostra que o Brasil vai ter que mudar de rumo, de caminho, porque, do jeito que está, não dá, não é aceitável, não é tolerável, e a gente vai pagar um preço muito alto.

Para finalizar, meu caro Presidente Geraldo Thadeu, eu quero dizer que eu desconfio muito das informações que são dadas com relação ao risco de apagão que a gente atravessa. O patamar de segurança, infelizmente agravado pelo quadro



de acumulação de água nas principais hidrelétricas do Brasil, é muito, muito preocupante. Eu acho que a gente vai ter que conviver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Deputado, eu gostaria de dizer a V.Exa. que todos aqui cumpriram o tempo. V.Exa. já o extrapolou em 11 minutos. Se nós ficarmos aqui...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Qual é o meu tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - O seu tempo era de 3 minutos, mais 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não, como Líder e como autor, o meu tempo não era de 3 minutos, mais 3 minutos. Por favor, verifique o Regimento, porque o meu tempo é maior do que esse. Mas eu vou atender ao apelo de V.Exa. Eu só quero concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Em audiência pública, são 3 minutos.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu peço a V.Exa. só a tolerância de 1 minuto para eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu já dei uma tolerância de 5 minutos para V.Exa.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Peço 1 minuto, Sr. Presidente, só para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Se for assim, Deputado, nós não fazemos audiência pública. Nós temos um espírito republicano nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - São tantos problemas neste Governo que a coisa é demorada mesmo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Pode convidar o Líder para ser debatedor na próxima audiência, e S.Exa. vai ter tempo de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - É claro, claro.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Sinceramente, essa inquietude dos membros do Governo é realmente uma coisa importante.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu peço ao Deputado Fernando Ferro que colabore.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Estava tão paciente que V.Exa. interrompeu a minha fala. V.Exa. fica preocupado, inquieto. Fernando, eu acho que V.Exa. deveria se engajar mais na recuperação da CHESF, que está aí sucateada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Para concluir, eu quero dizer a V.Exa. que, infelizmente, o quadro é esse que eu retratei há pouco. O Governo vende um mar de rosas, uma situação absolutamente confortável, mas hoje o ônus que a sociedade paga com relação à falta de competência do Governo para gerenciar a área energética é um preço muito elevado.

Eu quero expressar, em nome da Oposição e do Democratas, aqui a minha tristeza de ver o Brasil em um caminho tão negro e tão ruim.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Olha o vacilo. Cuidado!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Qual foi o vacilo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Por que tempo negro?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Agora, V.Exa. vai ser vigilante do que eu digo?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O que é isso? V.Exa. fica com esse comportamento de ser politicamente correto em tudo. É uma expressão. O que é isso?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, 1 minuto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Por favor...

Até agora, nós tivemos aqui um debate tranquilo em que todos colocaram os seus questionamentos à vontade. Deixamos extrapolar o tempo em 3 a 4 minutos. O Deputado Mendonça Filho falou por 13 ou 14 minutos e não tem por que reclamar desta Presidência. Nós estamos aqui em um debate republicano e todos aqui — Situação e Oposição — se mantiveram dentro de um nível muito elevado de um debate propositivo, colocando os seus questionamentos. Nós estamos aqui desde



as 10 horas da manhã. Inclusive, o primeiro a ser chamado aqui a falar foi o Deputado Mendonça Filho, que não estava presente, mas chegou agora e extrapolou o tempo.

Agora, eu vou passar a palavra ao Dr. Marcio Zimmermann, para que ele possa concluir os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, eu posso fazer uma pergunta de 30 segundos? Prometo que usarei 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu vou marcar 30 segundos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Pode marcar, Presidente. V.Exa., como um bom mineiro, por natureza, é paciente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Senão vão dizer que não estou dando a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - No final de semana, lendo matérias de jornais, Sr. Ministro — é como se fosse Ministro, não é, Deputado Eliseu Padilha? —, nós acompanhamos os impactos...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Desculpe, mas eu já fui Ministro.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Será sempre Ministro; se já foi, nunca perde o título.

Então, Sr. Ministro, lendo matérias sobre o impacto nas transferências para as distribuidoras pelo aumento dos custos nas termelétricas, eu gostaria só de saber qual é a previsão do Governo desse impacto nas contas. O jornal *O Globo* disse que o prejuízo da Light chegará a 2 bilhões de reais para o próximo ano.

Então, eu gostaria de saber qual será o impacto final para o consumidor desses 20 bilhões anunciados pela imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Estamos de bom tamanho? (*Pausa.*) Então, está bom.

O Dr. Márcio Zimmermann atendeu prontamente o nosso convite. Foi pacioso aqui. Nós tivemos um debate de alto nível nesta Comissão. Espero que neste ano nós possamos continuar assim. E, agora, ele dará as respostas. Eu tenho aqui várias perguntas. Hoje, na nossa audiência pública, apenas Parlamentares participaram; nenhuma associação ou sindicato dela participou.



Eu recebi aqui várias perguntas do SINDEFURNAS. Como Presidente, de maneira republicana, conversei com o Dr. Márcio Zimmermann, que se comprometeu em responder todas essas perguntas ao SINDEFURNAS.

Eu passo, então, a palavra ao Dr. Márcio Zimmermann para que possa responder aos últimos questionamentos feitos nesta audiência pública.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Presidente, aqui são praticamente nove Deputados que têm uma série de questionamentos (*Riso.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Parece que há algumas repetidas.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu acho que o Deputado Lelo Coimbra colocou um ponto. *“Está todo mundo errado? A mídia vem e fala uma coisa. Aí, vocês vêm e falam outra.”*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Não, o Deputado Lelo está ali...

Nesse caso aqui, especificamente, eu acho que, quando você tem um setor estruturado, como eu falei, com quadros técnicos, com instituições que se permeiam entre os agentes, como o Operador Nacional do Sistema, a Câmara de Comercialização; quando você tem um fórum que é coordenado pelo Ministro, em que participam o Operador, a empresa de pesquisa energética, os secretários dos Ministérios; você tem um ambiente muito saudável e que dá segurança para que os desafios que um País como o nosso tem nessa área possam ser analisados.

E, conforme eu falei, como é um dos setores mais estruturados, senão é o mais bem estruturado dentro da sociedade brasileira, na área de infraestrutura, eu acredito que nós sempre nos colocamos à disposição para discutir, porque, muitas vezes, eu vejo pessoas chamadas especialistas que enxergam determinado ângulo. Talvez, se estivesse sentado na cadeira no Ministério ou no Operador, ele estivesse enxergando outras situações que, às vezes, por mais especialidade que tenha, ele não enxerga.

Então, eu acho que nesse aspecto há uma convicção. A forma como o Ministro Lobão conduz o Ministério é muito aberta. Ele interage com os agentes. Então, eu não vejo... E o Ministério sempre se dispõe a ouvir quem acha que aquela visão não é correta; que vá lá, explique. Nós temos tido reuniões em que a gente



traz o Centro de Pesquisas, o Operador, com associações, com empresas. É muito aberto. Não há o que...

O Deputado falou do aspecto da superdemanda, que saiu uma matéria sobre isso. Na verdade, esse é um processo que, quando existem aquelas novelas com alto índice de ibope e tal, no dia do último capítulo, não tem aquele... É o efeito do término do jogo. Aí, a turma se desloca, vai à cozinha, acende uma luz ou vai ao quarto e tal. Você sente uma subida no sistema. Mas, como tudo isso é um evento previsível, o próprio Operador já sabe. O Operador Nacional do Sistema — ONS já adota uma série de procedimentos para esse tipo de evento, que não é diferente quando você coloca percentual muito grande de espectadores, que mudam o comportamento. Então, tenho, na verdade, uma preocupação normal com eventos desse tipo, para que o Operador adote as medidas necessárias junto com as empresas.

Com relação aos preços baixos do leilão de dezembro, nós definimos os preços no final de outubro, e naquela época havia uma caracterização de um ano normal de chuvas. Quando definimos os preços — não vamos falar muito tecnicamente —, há os modelos que rodam, e era projetado determinado preço médio de energia para o ano seguinte. Então, naquele ponto poder-se-ia atrair. E até atraiu! Eu acho que 60% foram contratados. Os geradores que acharam aquele preço que nós oferecemos de 192 para vender energia em 1 ano... O preço normal é mais baixo. E cada um faz o seu jogo! Para 3 anos, o produto era 150, e para 1 ano e meio, cento e setenta e pouco — e contratamos 60%.

Neste ano, se eu fizer um leilão para contratar por 1 ano, o que ocorre? A percepção que a pessoa tem é a seguinte: “*Opa, neste ano é alto*”. Então, só se contratar lá em cima; para mim, não interessa. Quando eu estendo o prazo, você sai daquela percepção de curto prazo e você tem a percepção de que o Brasil tem anos bons de chuva, 5, 6, 7 anos; depois, 1 ano, 2 anos ruins. Então, a percepção vai levar, naturalmente a isso, e esperamos atrair.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Não, hoje, o PLD está em oitocentos, oitocentos e pouco, que é o teto. Por quê? Porque você tem uma percepção de nível de reservatório e de afluência em um patamar que o modelo faz automaticamente.



Não é o Governo! Ele coloca lá o indicativo do que custa. Essa é uma característica do nosso modelo há muitos anos.

Com relação à redução de tarifa, há um aspecto que nós já tivemos a oportunidade de discutir muito aqui. Eu, particularmente, já o expliquei bastante. Aquelas concessões de geração hidroelétrica que já tinham 60 anos, 50 anos, 40 anos e que estão entregando ou entregavam energia a 140, 150, quando venceram as concessões, voltando para o Estado, não têm mais capital para amortizar, vão ter uma OIM mais um recurso para pequenos investimentos.

O que isso significa? Que eu tirei essa diferença que o consumidor estava pagando e baixei a sua conta. Então, a conta baixou! É aquele exemplo que eu citei. Aquilo que ocorreu em 2012 ficou para o povo brasileiro para o resto da vida. Aquilo veio para ficar! Agora, neste ano, dizem: *“Ah, por que houve geração térmica”*. E não é térmica emergencial, na qual vejo uma confusão grande, até porque começam a lembrar das épocas de racionamento no passado. Não! São térmicas que foram contratadas — e eu falei que o nosso setor respeita contratos — para suprir crescimento de mercado.

Então, se eu não tivesse — falei ainda há pouco — a Lei nº 12.783, eu teria um patamar aqui. Com a Lei nº 12.783, eu venho para esse nível de água. A geração térmica, independente dos modelos, é esse delta aqui. Se eu partisse e não houvesse a Lei nº 12.783, chegaria a esse ponto. Se eu parto daqui, ela chega aqui. Então, existe a redução efetiva, não há como negá-la.

Eu não concordo com o aspecto do endividamento dessa operação que foi feita, porque, na verdade é isto: a térmica, contratualmente, quando tem que gerar, o comprador de energia paga o combustível. Isso é regra. É a tal da térmica por disponibilidade. Aliás, isso é aqui e em qualquer lugar do mundo, porque o mundo — eu falei aqui ainda há pouco — gera 68% da sua energia com térmica de combustível fóssil. Se considerarmos a nuclear e a outra, vai a quase 90%. Então, o mundo inteiro vive com térmica. E no Brasil não existe térmica emergencial. Muitas vezes eu escuto comentários: *“Ah, porque as térmicas estão trabalhando no limite, vão quebrar não sei o quê...”*. Eu sempre digo: *“Olha, o setor elétrica trabalha... Cada empresa tem o seu plano de manutenção, qualquer equipamento, uma máquina hidrelétrica também para para manutenção”*. Isso é normal aqui e no resto



do mundo. Por que nos outros países — a térmica que eu contrato é igual às que existem lá — elas operam 100% do tempo, e aqui eu não posso operar, quando preciso, dessa forma? Então, é um negócio que não tem lógica técnica, não tem...

Então, Deputado, eu acho que, nesse aspecto, errar diagnóstico... Eu tenho certeza de que da forma... Errar diagnóstico é quando não você planeja, é quando você não se tem um sistema que atraia investidores. E o setor elétrico brasileiro tem que se orgulhar. Cada leilão que ele faz é uma disputa muito grande. São apenas empresas estatais que os disputam? Não! A maioria é do setor privado que disputa, e grandes empresas internacionais. Então, isso é sinal de modelo saudável. Isso é positivo para o País? É. Por quê? Porque ele não é um país europeu, deitado num crescimento, como eu já comentei aqui, praticamente zero. Então, não há grandes desafios. Mas vai ser como o Presidente falou: “O Prefeito, o Governador, o Presidente do Executivo, de Ministérios, de empresas...” E num País que, no nosso caso, terá que dobrar a capacidade instalada de geração em 15 anos pelo crescimento de consumo. E não adianta dizer que é sonho, porque o consumo *per capita* no Brasil está em 2.400, 2.500 quilowatt/hora *per capita*. Qualquer país europeu é de 6 mil, 7 mil para cima. E, com o embalo nos últimos anos do crescimento, com a migração de classe que ocorreu no Brasil, é natural que crescesse o consumo *per capita*, e vai crescer ainda mais.

Então, eu acho que o diagnóstico é esse. Eu estou com o sistema todo contratado. Eu considero a compatibilização e um modelo saudável que atrai o investimento privado.

O Deputado Eliene Lima tinha levantado um item com relação ao aspecto de microPCHs. Eu acredito que entram muito as PCHs também. Eu até falei na Comissão do Senado. Nós tivemos... Há realmente um aspecto, uma busca muito grande para a aprovação de projetos. Eu, há um tempo, tinha conversado com a ANEEL. Se a Agência fizesse convênios com universidades, ela poderia agilizar esse processo de licenciamento, de aprovação de projeto. E, como é um projeto de uma PCH, eu acredito que isso aí ajudaria. Eu conversei até com o Ministro Lobão, e estamos conversando com a ANEEL, para ver se, de alguma forma, agilizamos isso, para ver se nós tiramos aí esse aspecto.



Quanto a reconhecimento da biomassa, da eólica e de todas as fontes, eu só informo, até aproveitando o que o Deputado Ferro também tinha comentado, que este ano nós vamos fazer um leilão de energia solar, que nós vamos contratar como energia reserva. Nós devemos fazê-lo agora no primeiro semestre. A eólica entrou, já é uma fonte que está se consolidando no Brasil, porque ela tem preço e tem se expandido muito fortemente no País. Isso é bastante positivo.

Deputado Fernando Ferro, mais algum ponto? Era isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Não, tinha a questão do...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Racionamento?

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - ...planejamento.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - É, eu acho que, se há um ponto forte... E aí eu falo...

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Olha lá. Deixe lá pra fora. Vamos continuar aqui. *(Riso.)* Eu não quero cercear um Parlamentar que tem todo o direito.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - A reunião está indo tão bem.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Sobre planejamento há um negócio interessante. A história do setor elétrico brasileiro... Primeiro, no setor elétrico, se você não consegue produzir a energia, não há como o navio encostar no porto e trazer energia. Você não se pode importá-la. Então, o setor elétrico brasileiro, e como era ainda hidrelétrico, intensivo e de capital, teve uma característica que desenvolveu uma história muito bonita de planejamento, até por essas características. Quando ocorreu aquele movimento da revolução na indústria de energia elétrica, na Inglaterra, no governo Thatcher, passaram a tratar a energia elétrica puramente como *commodity*.

Então, aquele processo — porque as ondas que varriam o mundo rebatiam no Brasil na década de 90 — retratou bem esse espírito. Aquele modelo da década de 90 no Brasil retratou bem esse espírito. A energia é *commodity*, e o mercado resolve tudo. Só esqueceram um detalhe. Na verdade, um país desenvolvido, que não tem



essa pressa, com plantas já prontas, ficar com liberdade de mercado é muito simples. Mas, em um país como o nosso, que, como eu falei, tem que dobrar a oferta de energia em 15 anos, se você não tem planejamento...

Eu me lembro de que na década de 90, no início dos anos 2000, a gente escutava aqueles maiores dizendo: *“Ah, não! Energia é commodity, e planejamento é coisa de país comunista”*. Engraçado que no DOE, Departamento de Energia dos Estados Unidos, havia 600 pessoas trabalhando em planejamento. E aqui houve uma tendência de que o Estado não poderia ter... Está louco? Isso aí é abrir mão de uma coisa que é das mais importantes da sociedade. Esse é um processo em que, no pós-acionamento de 2001, já foi levantada uma das falhas naquele diagnóstico. Faltou; o Estado se omitiu e saiu disso aí. O problema é que o planejamento é uma função indelegável de Governo. A responsabilidade do planejamento em um setor como o nosso é de Governo. O que o Governo fez? Criou a Empresa de Pesquisa Energética e criou a Secretaria de Planejamento. Quando dizem que nós não temos planejamento... Como? Na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético nós temos uma das figuras históricas do Brasil, já há 4 ou 5 anos, que começou o planejamento energético, Altino Ventura, conterrâneo de vocês. O Secretário coordena a Secretaria. Na EPE, nós temos o Tolmasquim, que a organizou. Na EPE, hoje há técnicos de alto nível fazendo planejamento.

Então, eu acho que não se pode brincar com o planejamento no setor elétrico. Tem que haver planejamento, e forte. E não é só do setor elétrico. Considerando um país em desenvolvimento, isso é uma coisa da qual não se pode jamais abrir mão. Era isso. Início

Deputado Wandenkolk, do Pará. As térmicas só aumentam; a tarifa não diminui. Aí tem o problema do imposto do destino. Quando a térmica gera em determinado Estado, gera o ICMS para o local, mas a energia elétrica é no destino. E realmente o Deputado está certo quando fala que o Estado do Pará é um dos Estados que tem um dos maiores potenciais hidrelétricos do Brasil. Basta ver que hoje nós podemos comemorar no Brasil, graças ao esforço que se tem feito, uma coisa que seria inimaginável: fazer usina na Amazônia. Hoje nós estamos construindo mais de 20 mil megawatts na Amazônia. Isso seria inimaginável. Ainda há pouco falei uma coisa muito importante. É que, com o reconhecimento



internacional, apesar de todas as críticas que tivemos antes, hoje nós podemos dizer que já há três grandes usinas na Amazônia com o certificado de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, dado pela ONU. Então, isso é uma vitória do Brasil. Nessa batalha para fazer hidrelétrica, em que o Pará é a grande fronteira de desenvolvimento desta fonte, e eu tenho certeza de que...

Eu sou membro do Conselho da PETROBRAS, entrei no Conselho em 2010. Eu já tinha falado aqui, até acho que o Deputado não estava, mas quando fui perguntado inicialmente, eu disse que era membro do Conselho e que havia entrado em 2010. Quanto à ELETROBRAS, o Deputado falou uma expressão forte: “tecnicamente falida”. Na verdade, a ELETROBRAS é uma grande empresa e tem uma das memórias. Em uma empresa de energia elétrica, há duas áreas muito importantes: uma que cuida da expansão e outra que cuida da operação e manutenção. Isso é uma verdadeira ciência dentro do setor.

Então, a ELETROBRAS, a partir do momento em que venceu aquelas concessões que tinha há muitos anos, já tinha recuperado o capital. Se continuasse cobrando aquilo, além de estar contra toda a estrutura do Brasil, desde o Código de Águas e dos decretos do início do século passado, estaria transferindo um recurso para o acionista que estava fora da regra do jogo. Isso, pelas regras brasileiras, já teria que ter ido para a União. Isso foi o que ocorreu. Para quê? E aí vão criticar essa atitude. Como vocês acham que funciona hidrelétrica no Canadá? Vão ver o Canadá. Depois que o capital amorteceu e se recuperou, dentro da regra do jogo, é para baixar tarifa mesmo. Por isso, a Província de Quebec — e o Deputado pode se informar —, tem uma tarifa, estabelecida por província e não pela União, que é metade da tarifa de uma província ao lado, porque uma é nuclear e a outra é hidrelétrica amortizada. É o dobro ou o triplo. Então, isso é característico. E o Brasil está fazendo só isso. Foi criado tumulto no setor? Não. O tumulto foi criado por alguns acionistas de três a quatro empresas que, quando compraram a ação daquela empresa, acharam que tinham comprado o rio e que iam viver eternamente explorando aquele rio. Esqueceram-se de ler o seu contrato de concessão e a legislação brasileira com relação a isso.

E se você pergunta: Mas o Brasil já possui hidrelétrica há muitos anos, por que não... Antes, nas décadas de 70 e 80, era um ambiente totalmente estatal e



tarifado, mas, depois, mudou. Hoje é um ambiente privado. Causou problema no mercado? Não. Houve algumas frustrações de expectativas, mas como eu continuo fazendo leilões e atraindo? E as regras dos leilões são as mesmas de antes. Nada mudou. Eu faço uma usina e vem disputa, ágio, deságio. Pode ser um grupo europeu, pode ser um grupo chinês, pode ser um grupo americano, brasileiro.

Com relação a adaptar, cada empresa tem os seus desafios, no caso da ELETROBRAS, ela já está adaptando os seus custos. Se não precisa ter aquela estrutura que era coberta por aquele patamar de receita, ela está se adequando à realidade dela. Mas continua com a responsabilidade, porque concordou em prorrogar por 30 anos, em operar e manter aquelas instalações. Ela continua concessionária, só não tem mais o capital a amortizar. Mas o tamanho da empresa continua: quarenta e poucos mil megawatts de capacidade instalada. Quanto às usinas licitadas recentemente no Brasil — recentemente, não, desde 2005 —, nesse modelo, todas elas sabem que são 30 anos, ninguém tem a ilusão disso.

O Deputado Eliseu Padilha falou uma coisa interessante: nos próximos 20 anos. Talvez uma das maiores preocupações, e que eu já falei ainda há pouco, Deputado Wandenkolk, seja justamente esta: nós somos um País em desenvolvimento e, pelo determinado nível de crescimento, nós temos que dobrar a capacidade instalada nos próximos 15 anos. E, tanto se faz planejamento, que nós temos o Plano 2030, o 2035. Nós estamos sempre estudando à frente, tanto o Ministério, como a Empresa de Pesquisa Energética — EPE.

E você identifica muitos pontos que vão ocorrer. Você sabe que o potencial hidrelétrico brasileiro vai se esgotando. Você vai ter que ter outras fontes que vão ocupar esse espaço. Isso identifica um país que tem que se expandir, e ele não pode se expandir só com fontes intermitentes, como a eólica e a solar. Eu tenho que ter desenvolvimento ancorado em fontes, que podem ser hidrelétrica, termelétrica, gás natural, termelétrica a carvão, termelétrica nuclear. Na matriz do futuro do Brasil isso é natural.

Aí você pergunta: *“Ah, o Brasil então esqueceu as renováveis?”* Não. Para um País que tem que dobrar, nos próximos 15 anos, não existe briga entre fontes, tem espaço para todo mundo. Para você atender isso, você precisa, na verdade, usar



todas as fontes e mais alguma coisa. Então, acho que é importante essa visão prospectiva.

Quanto aos atrativos de investimento no Brasil, Deputado, eu considero que o Brasil, nos últimos 10, 12 anos, tem o setor elétrico que mais recebeu investimento estrangeiro do mundo. Por quê? Marco estável, regras definidas, respeito a contratos. E isso atrai. Eu pergunto: Qual é o país desestruturado que consegue apresentar uma curva de expansão como esta aqui? E foram implantados, no ano passado, 9.928 quilômetros de linha de transmissão. *“Ah, é pouquíssimo. O sistema está desestruturado”*. Que sistema está desestruturado? Eu passei de 75 mil quilômetros de linha e vou para mais de 120 mil este ano. *“Ah, o setor está em crise. Eu faço leilão e não aparece”*. Como? Na geração, eu tinha 79 mil, 80 mil; estou com 128; vou chegar ao final do ano entre 135 e 137. E todos os leilões disputados. *“Ah, eu estou em crise?”* Não, nós temos um modelo que atrai o investidor privado, nós temos um modelo que está funcionando. Toda a energia que eu quero, energia nova de que eu preciso, faz-se o leilão e há disputa. E isso é positivo para o País, porque o desafio do País, da sociedade brasileira, é atender a esse crescimento do consumo nos próximos anos.

Quanto à Colômbia e ao Chile, no setor de energia... Então, nós atraímos. É nanico, um Estado brasileiro vai ser maior que eles. Então, esta é a característica, é o porte do País. Você está falando com a sétima economia do mundo. Você está falando com um País que tem uma capacidade instalada como a da França e a da Inglaterra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Você vê como as coisas são estranhas, a LAN vale mais do que a TAM, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Como?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - A LAN, empresa chilena, vale mais do que a TAM. Isso para você ver como o Brasil está!

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Só para você ter uma ideia, nós estamos falando de energia elétrica.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu sei. Só estou te mostrando, Ministro, que um país desse tamanho tem uma... Espere!



O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - A empresa de petróleo da Colômbia está valendo mais que a PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu peço que não interrompam.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Presidente, eu não estou interrompendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Está interrompendo, sim.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

(Não identificado) - O debate político é entre nós, Deputados.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu só disse ao Ministro presente que o Brasil está tão desorganizado que uma empresa aérea chilena consegue valer mais do que uma brasileira.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Isso fora os 100 bilhões colocados pelo Elio Gaspari que a PETROBRAS e a ELETROBRAS... A PETROBRAS e a ELETROBRAS perderam 100 bilhões de dólares de valor de mercado no Governo Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Se continuar assim, vou encerrar a sessão. Deputado Rodrigo Maia, se continuar assim, vou encerrar.

(Intervenções simultâneas. Ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Qual derrotismo? A empresa perde 100 bilhões de mercado nas duas empresas mais importantes do Brasil, e isso é derrotismo? É derrotismo meu ou da Dilma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Deputado Rodrigo Maia!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu também gosto de notícia boa, mas vocês não têm para dar, neste momento.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Deputado Rodrigo Maia, Deputado Fernando Ferro, aqui o tratamento é igual. Deputado Fernando Ferro,



Deputado Rodrigo Maia e Deputado Mendonça Filho, não interrompam o Dr. Márcio enquanto ele estiver falando. Nós vamos encerrar a sessão em seguida.

(Não identificado) - Eu tenho direito a réplica.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - O Deputado Weliton Prado comentou sobre o ICMS de Minas Gerais, já tinha comentado na época da 579, os incentivos que tem, aquele de PCH que eu comentei com o Deputado. O PCH é um recurso que o País tem que usar, ele tem potencial. Esse aspecto de liberação e aprovação de projeto é um problema de necessidade de homem/hora. Talvez uma forma de contornar isso seja a agência, através de convênios com universidades, acelerar esse processo de aprovação. Eu acho que cresceria. É importante.

Quanto à eficiência energética, no nosso Plano 2030, é um ponto bastante importante. Lá nós trabalhamos, quando fizemos em 2006, com uma redução em torno de 10%. Com isso, as políticas públicas têm apresentado incentivos, com motores com menor consumo, como a linha Procel de consumo de energia elétrica, que virou bastante popular, a linha branca toda e várias outras, a parte de construção civil também. Eu acho que em qualquer país do mundo, como energia tem custo crescente, eficiência energética é um tópico ao qual você tem que dar cada vez mais atenção.

Com relação aos aspectos de apagões, eu acho que é importante, quando você analisa um sistema elétrico como o nosso, de dimensões continentais, em que você tem determinadas ocorrências popularmente chamadas de apagão, procurar a evolução contínua, procurar ter os mecanismos que um grande sistema de potência tem para evitá-lo. Então, você pode ter erros por falha humana, pode ter por falha de uma empresa com relação à manutenção, aí cabe à agência reguladora atuar em cima. É o que ocorre normalmente. De qualquer forma, há dois tipos de apagão que tecnicamente é bom diferenciar. Uma coisa é aquele do sistema degradado. Como é que eu sei que um sistema está degradado? Um sistema está degradado quando eu tenho níveis de tensão lá embaixo e sobrecargas em linhas de transmissão que extrapolam o limite térmico. Então, esses são conceitos que você usa.

No sistema brasileiro, de repente, com toda essa expansão que eu falei, nós tivemos em janeiro um crescimento, um pico da carga muito grande por causa de temperatura e tal, e o sistema não teve degradação de tensão — no dia em que o



presidente do operador nacional do sistema vier aqui, pode dizer isso —, e nem sobrecarga em linhas de transmissão da rede básica. Estou falando em rede básica. É um desafio permanente de manutenção, de investimentos necessários, e isso tem ocorrido.

Com relação ao Presidente, agora, sobre a estiagem do Lago de Furnas, é aquilo que eu comentei, é uma estiagem bastante grande, de 29%.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Só em relação à questão das usinas de biomassa, que hoje têm o desconto para exportação, o limite de 30 megawatts/hora de 50% de desconto, da possibilidade de alterar para 60%, garantindo até 60 megawatts/hora, e passar também a ter o mesmo desconto de 50%.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Não sei. Eu não conheço e teria que ser estudado, porque sempre que você tira, diminui, incentivando, alguém tem que pagar. Então isso é o que tem que ver. E a gente tem evitado, porque a tarifa brasileira tinha chegado a um ponto que tinha muito encargo, muitos custos que não eram para o consumidor de energia pagar. Mas eu acho que era interessante até depois o Deputado nos enviar, para a gente analisar e ver se já está encaminhado lá.

Então, Presidente, com relação ao Lago de Furnas, realmente chegou àquele patamar de 29%. Ele tem um papel importante. A projeção mais recente é que comece agora, nos próximos 10 dias, uma visão mais positiva de chuvas. Mas como eu falei, é diferente dos sistemas de abastecimento só d'água. O sistema brasileiro elétrico é todo interligado. É como se você estivesse ligando a água da Amazônia com... Não tem usina. É o que eu falei e repito: uma situação em que acendeu o sinal amarelo. Você está despachando todas as térmicas, e a tranquilidade do Governo é o fato de o sistema estar equilibrado estruturalmente e que, salvo ocorra aquela situação pior do que foi planejado nesse sistema, é que realmente você poderia ter um problema. Mas é como eu falei sobre qualquer conceito de Engenharia: se uma determinada cadeira é projetada para aguentar um determinado peso e recebe outro peso, aí é...

Com relação a gasoduto e PETROBRAS, eu acho que tem um ponto importante. Depois da Lei do Gás, aprovada nesta Casa, na verdade hoje é aberto:



qualquer um entra e disputa para fazer o gasoduto. No Brasil você tem uma dificuldade hoje que é o problema da oferta do gás. Nós fizemos aquela rodada que pega mais gás agora para áreas com potencial de gás. Foi feito no ano passado. E o Brasil sabe que no dia em que descobrir reservas, como descobriu lá no Maranhão, naquela do Parnaíba, rapidamente você consegue monetizar. Significa que eu, colocando uma planta elétrica, tenho malhas de transmissão por todo o Brasil, eu rapidamente monetizo. Então a petroleira que fizer isso não vai precisar fazer o gasoduto. Se ela estiver distante, ela se conecta na rede, como ocorre com a usina termelétrica.

Então, na verdade, nós temos o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário — PEMAT, que é aberto para todos. A nossa dificuldade hoje é a oferta do gás, a quantidade que não tem. Eu acho que um ponto importante também que nós já falamos, tanto o aspecto de 20 anos, 5 anos, mais 10 anos, essa é a vida do setor elétrico, ele tem que estar vivendo, planejando, enxergando.

Com relação ao Deputado Rodrigo Maia, infelizmente, ele não estava aqui, mas nós tivemos oportunidade de explicar bem. E talvez tenha uns pontos que valem a pena, Deputado, comentar. O primeiro é que não existe subsídio. Na verdade, o que eu falei aqui é que o consumidor de energia elétrica no Brasil subsidiava grandes programas sociais, como o Luz para Todos, para pessoas com baixa renda, para as distorções econômicas regionais. E com a Lei nº 12.783, na verdade, se tirou esse subsídio da conta. Aí quem é que assume? A sociedade brasileira, entra para o Orçamento Geral da União. Foi isso o que ocorreu. Então, parte da sua conta, dos 9 bilhões que o senhor incluiu dentro disso...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Eu citei os 2 mil da Light, porque, como eu sou do Rio, o impacto é na Light.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Dos 9 bilhões, a maior parte são esses subsídios, que passaram para a conta do Tesouro, mesmo, porque nós queríamos limpar a conta de energia disso.

Com relação ao restante dos valores — depois eu chego à Light, porque cada concessionária tem uma estrutura tarifária —, os outros bilhões que ele cita ali, eu tive a oportunidade de explicar aqui que as empresas concessionárias de



distribuição no Brasil fazem contratos de energia. Então, ela vai e compra energia num leilão de uma hidrelétrica nova, que foi construída. E aí, por 30 anos, aquilo é suprido. E há leilões que não têm hidrelétrica, que só têm termelétrica. Então, essa termelétrica que nós temos no Brasil não é térmica emergencial, não existe isso. Nós temos é térmica estrutural, que vendeu o conhecimento do mercado, energia. Só que o Brasil otimiza isso. Otimiza em que sentido? Trata-se de um sistema hidrotérmico, até pela concepção. Quando os canadenses vieram para cá, foi esse o modelo.

Quando estou com muita água, eu não preciso jogá-la fora e queimar o combustível. Então, não há sentido. É claro que a térmica, em vez de gerar, pega essa energia da hidrelétrica, que está barata, e entrega para o consumidor. No ano seco, ela tem que gerar e entregar. O que ela faz? O contrato prevê que o consumidor, a empresa de distribuição está pagando o investimento da usina. Só que, numa térmica, a parte pesada é o custo do combustível.

Então, nesse caso, da parte fixa, que é menor, que é mais baixa, que é o investimento da usina, o consumidor, a distribuidora está pagando. Agora, pela regra, quando gerar o que a gente chama de CVU, Custo Variável Unitário, a conta é do comprador da energia. Essa é a regra. É um contrato assinado. Há contrato de 10 anos de existência. E isso é aqui ou em qualquer lugar do mundo.

Então, o que eu falei agora há pouco, eu vejo muito na mídia: *“Estão assustados porque o Brasil está gerando 20%, 25% de térmica.”* No mundo inteiro isso é viável, e são gerados 70%, 80% continuamente. É o ideal ter um sistema só hídrico? É, é o ideal. Agora, potenciais acabam.

(Não identificado) - Não acabou ainda?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Não.

(Não identificado) - Está longe de acabar?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Está. O Brasil ainda tem um potencial remanescente na Amazônia, mas o Deputado sabe bem os desafios dos requisitos ambientais que a própria sociedade criou, que a própria legislação exige. E há uma característica que o Deputado esquece, que eu acho importante: o grande potencial de reservatórios no Brasil era na Região Sudeste. Na Amazônia, se nós quisermos fazer reservatório, vamos ter que construir várias Balbinas. Sabe o que significa



Balbina? É uma usina hidrelétrica feita nas décadas de 70 e 80 numa planície, que inundou milhares de quilômetros com meio metro d'água. Essa é a característica da Amazônia. Então, lá, mesmo eu fazendo essas hidrelétricas, não dá para fazer usinas com reservatório, por essa característica; em planície não dá. Na Região do Sudeste, em Minas, tem os melhores reservatórios do Brasil. A maior capacidade, o pulmão do Brasil é ali, essa do Rio Grande e do Rio Paranaíba, mas a região permite.

Então, a prioridade da política energética brasileira qual é, há muitos anos? Construir hidrelétrica. Agora, eu tenho uma prioridade maior: eu não posso deixar de atender o consumo. Se eu não consigo implantar ou ter usinas para levar a leilão, eu tenho que ter outra fonte, que pode ser eólica, pode ser PCH, biomassa, térmica, a gás. Eu tenho que atender esse crescimento, senão eu estaria... E é isso que o Brasil faz e fez.

Então, nessa conta, quando nós chegamos... Na semana, nós tivemos uma medida, e todas essas medidas são o quê? É respeitar contrato, é respeitar... Eu teria que transformar o consumidor da energia elétrica, como o caso do tomate, não é? A distribuidora tem direito a repassar o custo dessa conta de energia; eu teria que provocar os solavancos que afetam... E isso não é restrição tarifária, não. Pelo contrato, ninguém tem dúvida de quem é que tem que pagar. Em qualquer lugar do mundo é assim, não é só aqui.

Agora, eu evito o pico. Como é que se evita o pico? No ano passado foi com aquela... O Tesouro deu, deu, não, antecipou o valor que vai ser pago em até 5 anos pelo consumidor. Neste ano, Deputado, através da Câmara de Comercialização de Energia, está se fazendo uma forma de mercado, já que é um recurso que pega o empréstimo e simplesmente antecipa. Aí o Deputado vai me dizer: *“Não, mas então vocês estão tirando a pressão desse ano, que é um ano eleitoral, e jogando para o ano que vem?”* Eu expliquei aqui também, Deputado, que, na verdade, nós temos 5 mil megawatts médios daquela energia, que é vendida entre 150 e mais, que entra num regime de cota em que o consumidor já teria direito a partir de janeiro em uma usina, e de julho em outra. Isso tem um contrafluxo de injeção no cálculo de tarifa do consumidor em valores que podem chegar a 4, 5 bilhões por ano, isso pelos próximos 30 anos.



Então, todo esse efeito, e que é normal no Brasil, em anos hidrológicos mais baixos, você tem que gerar térmica, é bastante neutralizado nisso. Até porque, se todas as empresas, à época, não tivessem esperado, como elas podiam, a data do vencimento da concessão, você provavelmente não teria esse aspecto. Então aquilo que vai vir, necessariamente, a partir do ano que vem, vai ter um papel importante para uma coisa que já era responsabilidade do consumidor.

E outro ponto que o Deputado tocou, eu confesso...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Mas, Ministro, é porque eu não sou da área de energia, então não entendo muito. O que interessa para mim, e certamente para meus eleitores, é saber o impacto. O tomate, como V.Exa. citou, eu vou à feira e sei quanto ele aumentou. Então eu quero saber o seguinte: em quanto vai aumentar a minha conta de luz.

No ano passado, quando a Presidente Dilma editou a medida provisória desastrosa, que deu esse prejuízo à ELETROBRAS e a todas as outras empresas do setor, junto com a PETROBRAS, que deu mais de 100 bi de prejuízo, ela anunciou: *“Vou reduzir a tarifa de energia em tantos por cento.”* Então o que nós queremos saber do Governo é quanto vai ser o impacto em nossa conta de luz. Senão fica parecendo, sim, que é eleitoral — eu nem acredito que seja, porque V.Exa. é um técnico e passou por todos esses governos...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu tenho certeza.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - ... inclusive pelo anterior. Então o que a gente quer saber é número, é 10%, é 15%, é 20%, porque na hora do benefício é muito bom ir em cadeia nacional e falar. Eu quero saber na hora de falar a verdade para o consumidor, qual vai ser o impacto na conta dele, na conta da Light, com 2 bilhões que a Light vai ter de prejuízo nos próximos meses. É isso que eu gostaria de saber, só isso. Como V.Exa. é um grande técnico, esse é o número que a gente quer saber, se são 10%, 15%, 5%, 3%, ou se não vai haver, se o Governo vai bancar tudo do Tesouro e vai diminuir o superávit primário. Eu quero a decisão do Governo. Agora, isso é importante, porque a sociedade tem o direito de ter essa informação.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Deputado, infelizmente V.Exa. não pôde participar, mas isto foi exaustivamente debatido e explicado aqui. Mas eu posso



voltar a comentar os aspectos dos números. O que nós temos agora? Nós temos aquele valor, que na semana passada foi anunciado publicamente, e que seriam 8 bilhões, através de uma operação via CCE. Isso aí se precisar — porque o ano hidrológico é sempre uma grande interrogação —, pois estamos fazendo um leilão agora, para contratar energia, aumentando o prazo, para atrair o gerador que está liquidando a curto prazo.

Uma coisa importante, Deputado, que eu sei é difícil entender, é que o Brasil tem sobra de energia estrutural. Isso eu comentei no início. Então, essa energia existe, só que tem uma oportunidade de liquidar no mercado de curto prazo.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Ministro, eu quero continuar com a minha ignorância. Eu quero saber qual será o impacto na conta de luz do brasileiro: 5%, 10? É só esse número. Já está tarde para V.Exa. voltar ao Ministério. Será 1%, 2%, 10%?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu estou lhe respondendo.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Tecnicamente o senhor vai enrolar bem, porque eu não entendo; o senhor entende, então o senhor vai ganhar. Eu quero saber o percentual, só isso. É a mesma coisa do tomate: o aumento foi de 10%, na semana passada, que eu ouvi no *Jornal Nacional*, Ministro. Eu quero saber qual vai ser o impacto na minha conta no ano que vem, só isso.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu estou lhe dizendo que esse impacto vai ser praticamente anulado. Eu não sei por que o Deputado não está entendendo, mas ele vai ser anulado.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - O senhor assegura que vai ser anulado, que não vai ter impacto na conta?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Ah, não vamos fazer um inquérito aqui!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Não, não é inquérito.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN - Eu estou afirmando, Deputado, bem claro, que nós temos um fator que é redutor: o vencimento de concessões. Assim como o Deputado ali tem dúvida: “Ah, é uma ficção que baixou a tarifa?”

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Desculpe-me...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Isso é querer fazer tortura aqui agora para arrancar... Espera aí! Estamos num debate, pessoal!



O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Ministro, eu não disse que é ficção, eu disse que a Presidenta Dilma foi para a imprensa...

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - V.Exa. quer o quê? Que se vá ao cartório?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Deputado Fernando, eu não disse que é ficção, eu não usei essa palavra, pode pegar as notas taquigráficas. Eu disse que a Presidenta Dilma foi, em cadeia nacional, anunciar a redução da tarifa. Parabéns, ótimo! Eu queria que reduzisse mais. Agora, o que eu quero saber é quando é que o Governo vai, em cadeia nacional, dizer qual vai ser o impacto negativo na minha tarifa, só isso — negativo, que eu digo, para o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Deputado Rodrigo Maia, Deputado Mendonça Filho, eu considero a postura de V.Exas. desrespeitosa nesta audiência pública.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - De forma nenhuma, Presidente; de forma nenhuma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Não, olha, eu...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - O senhor pede então que a gente vá embora, se a gente não pode perguntar, não pode questionar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Não! Pode perguntar.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - A gente pode até ir embora também. O seu mandato vale mais do que o nosso a gente sai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - O Líder Mendonça Filho extrapolou o tempo.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - E o Ministro não extrapolou, só fui eu que extrapolei? Só o Ministro que pode falar! V.Exa. deixa o Ministro falar o quanto pode, e a Oposição aqui tem que ficar calada? Não existe isso não, Presidente. Pelo amor de Deus!

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - A gente está aqui para debater, não para ouvir um monólogo e não ter o direito de questionar o Ministro de Estado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu gostaria de saber do Deputado Mendonça Filho: se estivesse no meu lugar aqui e se eu estivesse aí no seu lugar fazendo isso, o que V.Exa. faria?

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Daria equivalência de tempo aos debatedores.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Então, eu quero equivalência de tempo com eles. Não peça isto não, porque é pior para V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - V.Exa. pode dizer isso para quem acredita em Papai Noel, viu? V.Exa. não faria nunca isso!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - É lógico que faria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Não faria, não.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Está no Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - V.Exa. não está sendo democrático.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Estou sendo democrático!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Não está!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Estou sendo democrático!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Não está!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Estou sendo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Não está, e está sendo desrespeitoso.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Com quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Com a direção, com a Presidência desta Comissão.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - De forma alguma. Sempre respeitei V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Olha, V.Exa. encerrou, não tem mais participação!

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Por quê? V.Exa. é Presidente da Comissão, não é dono da Comissão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu vou encerrar esta audiência pública.



O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, isto é autoritarismo! Quando no PPS, V.Exa. era mais democrático.

O SR. DEPUTADO MENDONÇA FILHO - Eu quero usar a minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Geraldo Thadeu) - Eu quero agradecer ao convidado a presença e a valiosa contribuição para a discussão do tema.

Agradeço ainda aos colegas Parlamentares, às autoridades e aos demais presentes que colaboraram com esta audiência pública e contribuíram para o êxito deste evento. Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.